



PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE – PNPSB

PNUD BRA/08/012 - CONTRATO 2010/000952-00

TDR Nº 134601

Produto 5: Relatório técnico de avaliação das ações realizadas em 2010 pelos 10 estados envolvidos nas cadeias da Castanha do Brasil e do Coco Babaçu e pelos ministérios membros da Coordenação do PNPSB para resolução dos gargalos apontados no Plano de Ação para as cadeias prioritárias

Laura Vasconcelos de Souza
Consultora

Brasília, setembro/2011



Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



COORDENAÇÃO NACIONAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR – SAF
DEPARTAMENTO DE GERAÇÃO DE RENDA E AGREGAÇÃO DE VALOR
Arnoldo Anacleto de Campos - Diretor
Luiz Carlos Rebelatto - Coordenador

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
João Marcelo Intini – Diretor

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
– SEDR
DIRETORIA DE EXTRATIVISMO - DEX
Claudia Maria Calório - Diretora
Júlio César Gomes Pinho - Coordenador

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÃO - DIPAI
Sílvio Isopo Porto – Diretor
Eduardo Soares – Assessor da Diretoria

EQUIPE TÉCNICA

MMA

Cláudia Souza

MDA

Mônica Batista

MDS

Hétel dos Santos
Daniella Prado

CONAB

Humberto Pennacchio
Ianelli Loureiro

SECRETARIA EXECUTIVA - PNPSB

Luciana Rocha – Consultor Nacional da Cadeia da Castanha-do-Brasil
Laura Vasconcelos de Souza – Consultora Nacional – apoio à Coordenação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CAPÍTULO 1 – Principais ações desenvolvidas em 2010 relacionadas ao PNPSB e os Ministérios.....	9
1.1 Introdução.....	9
1.2 Metodologia	9
1.3 Resultados.....	10
2. Gargalo 1 – Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito).....	10
2.1 Rede de Serviços:.....	10
2.2 Portal:	10
2.3 Capacitações:	11
2.3.1 PAA.....	11
2.3.2 PGPM	12
2.3.3 PNAE	12
2.3.4 Value Links-B.....	12
2.4 Emissão de DAP's e REB's	13
2.4.1 Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.....	13
2.4.2 Relação de Extrativistas Beneficiários - REBs.....	13
2.5 Documentação básica.....	14
2.6 Projetos Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.....	15
2.7 Acesso ao Crédito.....	17
3. Gargalo 2 – Baixa capacidade organizativa da cadeia.....	18
3.1 Projeto MAT Gestão.....	18
3.2. Câmara Nacional da Sociobiodiversidade	18
3.3 Câmaras Estaduais.....	18
4. Gargalo 3 – Baixa oferta de produtos com qualidade.....	19
4.1 Critérios de boas práticas.....	19
4.2 Adequação de laboratórios para a produção da Castanha-do-Brasil.....	20
4.3 Modelos tecnológicos de quebra do coco babaçu	20
5. Gargalo 4 – Acesso a mercados (mercado institucional).....	21
5.1 Acesso a mercados institucionais (PAA, PGPM).....	21
5.1.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	21
5.1.2 Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).....	22
5.2 Padrões de classificação e coeficientes técnicos para a Castanha-do-Brasil e para o Coco babaçu.....	23
6. Gargalo 4 – Acesso a mercados (mercado diferenciados)	23
6.1 Feiras e eventos	23
6.2 Selo da sociobiodiversidade.....	25
6.3 Setor Empresarial	25
7. Gargalo 5 – Acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais	25
7.1 Marco regulatório ambiental para manejo sustentável e produção de carvão de babaçu.....	25

2. CAPÍTULO 2 – Ações nos 10 Estados Priorizados pelo Plano no âmbito das Cadeias da Castanha – do – Brasil e do Coco Babaçu.....	26
3. CAPÍTULO 3 - Avaliação dos Resultados	31
ANEXO 1: Balanço de Atividades 2009/2010	39
ANEXO 2: Planilha de Monitoramento 2009/2010	46
ANEXO 3: Capacitações PAA realizadas pelo MDA	66
ANEXO 4: Ofício 305 CGAL/2010 - MAPA	67
ANEXO 5: Lista de Produtos da Sociobiodiversidade no PAA	68
ANEXO 6: Portaria de criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade no estado do Amazonas.....	70
ANEXO 7: Carta da Sociobiodiversidade – Amapá.....	71
ANEXO 8: Decreto de criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade no estado do Amapá	75
ANEXO 9: Resolução de criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade no estado do Mato Grosso.....	78
ANEXO 10: Resolução sobre o benefício fiscal para empresas que processam produtos não madeireiros no estado do MT	79
ANEXO 11: Portaria de criação do Grupo de Trabalho do Babaçu no estado do Ceará	81
ANEXO 12: Portaria de criação do Grupo de Trabalho do Babaçu no estado do Maranhão	84
ANEXO 13: Listas de Presença com a participação da Secretaria Executiva do PNPSB	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de beneficiários com as capacitações realizadas pelo MDA e parceiros com o PAA	12
Tabela 2: DAPs extrativistas por Estado	13
Tabela 3 – Beneficiários de REB em UCs.....	14
Tabela 4: Projetos assinados com o MDA utilizando o PNAE como instrumento de promoção a acesso a mercados	16
Tabela 5: Produtos da sociobiodiversidade financiados pelo PRONAF	17
Tabela 6: Situação dos espaços de governança nos Estados	19
Tabela 7: Operações realizadas pelo PAA para a Castanha-do-Brasil e o Coco Babaçu	22
Tabela 8: Operações realizadas pelo PAA para o azeite e a castanha de babaçu.....	22
Tabela 9: Número de beneficiários do PAA entre 2009 e 2010.....	22
Tabela 10: Operacionalizações PGPMbio de 2009 e 2010	23
Tabela 11: Mercado diferenciado acesso pelos PCTAFs em 2009	24
Tabela 12: Mercado diferenciado acesso pelos PCTAFs em 2010	24

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Relação de capacitações realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos no ano de 2010	11
Gráfico 2 – Número de municípios priorizados pelo PNPSB e número de municípios atendidos pela PPIGRE entre 2006 e 2010.	15
Gráfico 3: Quantidade de recursos envolvidos nas operações de PAA a nível nacional e a nível de produtos da sociobiodiversidade durante os anos de 2009 e 2010.....	21

SIGLAS

AC – Estado do Acre
AM – Estado do Amazonas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AP – Estado do Amapá
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAAM – Centro de apoio aos Micro empreendedores
CdV – Cadeia de Valor
CE – Estado do Ceará
CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COVEMA – Cooperativa Verde de Manicoré
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEX – Departamento de Extrativismo
DEGRAV – Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FENAFRA – Feira Nacional da Agricultura Familiar
GEGAF – Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
GTs – Grupos de Trabalho
GIZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (Cooperação Técnica Alemã)
IDEFLOR/SAGRI – Comissão Estadual de Extrativismo
ICMbio – Instituto Chico Mendes
MA – Estado do Maranhão
MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAT – Metodologia em Assistência Técnica em Organizações, Produção, Comercialização e Gestão nos Empreendimentos da Agricultura Familiar
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MT – Estado do Mato Grosso
PCTAFs - Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPMbio – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PA – Estado do Pará
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAANet – Capacitação do Programa de Aquisição de Alimentos
PI – Estado do Piauí
PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSE – Parceria Setor Empresarial
REB – Relação de Extrativistas Beneficiários
RESEX – Reserva Extrativista
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RJ – Estado do Rio de Janeiro
RO – Estado de Rondônia
RR – Estado de Roraima
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SDS – Câmara Setorial de Produtos da Sociobiodiversidade
SDR – Câmara de Produtos da Sociobiodiversidade
SP – Estado de São Paulo
SUGOF – Superintendência de Gestão da Oferta
TO – Estado do Tocantins

APRESENTAÇÃO

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) tem como objetivo desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, na construção de mercados sustentáveis. O PNPSB é coordenado pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Construído coletivamente por meio da articulação entre diversos órgãos do Governo Federal, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e CONAB, a plataforma do Plano contou com a realização de 7 seminários – 6 regionais e 1 nacional –, abrangendo os diversos biomas brasileiros, para colher, junto ao conjunto de atores que compõem as cadeias produtivas (governo nos diversos níveis, academia e sociedade civil – comunitários e empresários), subsídios para elaboração de um plano de caráter nacional e integrado.

O PNPSB reconhece o potencial natural e sociocultural da biodiversidade brasileira, ao mesmo tempo em que vislumbra uma oportunidade interessante para investimento em negócios sustentáveis tanto para o mercado nacional como internacional na inovação de produtos nas áreas de alimentos, cosméticos, indústria farmacêutica, moda, decoração e prestação de serviços como ecoturismo entre outros.

Desde 2009, desenvolve ações pactuadas com 10 estados da federação – AM, AC, PA, RO, MT, AP, TO, MA, CE e PI e atua nos eixos da Produção e Extrativismo Sustentável, Processos Industriais, Mercado Institucional e Diferenciado, Organização Social e Produtiva e nos Serviços da Sociobiodiversidade.

Até dezembro de 2010 diversas ações foram realizadas no âmbito do PNPSB e alguns de seus resultados foram: emissão de 31.930 DAPs aos extrativistas; diretrizes técnicas para as boas práticas de manejo da castanha-do-brasil elaboradas; inclusão de 5 novos produtos na pauta da PGPM-Bio, com um aumento de 150% no valor das aquisições; abertura do diálogo e possibilidade de parcerias entre órgãos governamentais, ONGs, cooperativas e empresas. Em suma, a relação entre o PNPSB, a conservação e uso sustentável das florestas, o clima e a valorização dos serviços ambientais prestados pela sociobiodiversidade favoreceu a inclusão do extrativismo na pauta de discussão governamental.

Em 2010 uma estratégia comercial bem sucedida desenvolvida pelo Plano Nacional foi a inauguração da “**Praça da Sociobiodiversidade**” na VII Feira da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária em Brasília. Ela consiste num espaço itinerante para dar visibilidade a riqueza natural e social intrínseca aos biomas brasileiros, ao mesmo tempo que propicia a aproximação entre empreendimentos de PCTAFs com os atores do mercado, gerando negócios sustentáveis.

O presente trabalho está inserido no Projeto BRA/08/012 que visa dinamizar os mecanismos estratégicos na implantação de ações, objetivando o fortalecimento das cadeias produtivas e dos serviços gerados a partir dos recursos da biodiversidade, possibilitando integrar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico do país com inclusão produtivas dos Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares – PCTAFs.

O principal objetivo da consultoria é contribuir com a Secretaria Executiva e com a Coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) na gestão das ações de implantação/monitoramento dos Planos de Ação das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Este relatório, denominado “Relatório técnico de avaliação das ações realizadas em 2010 pelos 10 estados envolvidos nas cadeias da Castanha do Brasil e do Coco Babaçu e pelos ministérios membros da Coordenação do PNPSB para resolução dos gargalos apontados no Plano de Ação para as cadeias prioritárias” (Produto 5), apresenta a avaliação das ações/atividades realizadas pelos ministérios e estados no âmbito do plano de ação do PNPSB.

A forma de apresentação das informações se encontra distribuída em três capítulos. O primeiro denominado “Principais ações desenvolvidas em 2010 relacionadas ao PNPSB e os Ministérios” apresenta as principais ações realizadas no âmbito do Plano Nacional de Promoção para as Cadeias da Sociobiodiversidade (PNPSB), tendo como base os seguintes documentos: “Balanço de Atividades do PNPSB 2010” (Anexo 1) e “Planilha de Monitoramento 2009/2010” (Anexo 2). As informações foram sistematizadas de uma forma geral englobando-se todos os produtos relacionados à sociobiodiversidade, principalmente as ações relacionadas ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (CONAB); ao Pagamento de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMbio (CONAB) e a Promoção de participação em mercados diferenciados (feiras e eventos). Estas ações beneficiaram agroextrativistas de várias cadeias produtivas da sociobiodiversidade. O recorte para as duas cadeias prioritárias - Castanha-do-Brasil e Coco Babaçu - foi feito à medida que os dados permitiram esta priorização.

O segundo capítulo “Ações/Atividades desenvolvidas pelos 10 Estados Prioritários do PNPSB” mostra o que cada um dos estados prioritários desenvolveu, articulou e realizou em 2010 no nível meso (estadual) e micro (local) para promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade dialogando com as ações do PNPSB a nível federal (macro).

O terceiro capítulo “Avaliação dos Resultados” apresenta uma análise dos principais resultados obtidos com as ações desenvolvidas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário(MDA), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e pelos Estados no referido ano (2010).

1. CAPÍTULO 1 – Principais ações desenvolvidas em 2010 relacionadas ao PNPSB e os Ministérios

1.1 Introdução

As atividades planejadas para a implantação do PNPSB foram elaboradas no formato de um plano de ação (nível macro), no qual foi composto por gargalos. Os gargalos são as deficiências diagnosticadas nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade a serem trabalhadas no âmbito do Plano pelos Ministérios em caráter imediato. São divididos em cinco partes denominados:

- ❖ Gargalo 1: Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito);
- ❖ Gargalo 2: Baixa capacidade organizativa da cadeia;
- ❖ Gargalo 3: Baixa oferta de produtos de qualidade;
- ❖ Gargalo 4: Acesso a mercados (diálogos com o setor empresarial e mercados institucionais);
- ❖ Gargalo 5: Acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais.

A resolução destes gargalos foi dividida por ministérios e CONAB com ações descentralizadas, porém com uma visão sistêmica e participativa.

No nível meso e micro, os estados foram assessorados e tiveram a contribuição dos membros da equipe técnica/coordenação para desenvolver ações e atividades de promoção das cadeias da sociobiodiversidade *in loco*.

Com a isso, as informações sistematizadas e analisadas contidas neste relatório buscam subsidiar a coordenação do PNPSB com informações técnicas para a definição de estratégias de atuação que possibilitem a inclusão produtiva dos Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares – PCTAFs, englobando o aumento significativo de renda e gerando impacto socioambiental e econômico positivo.

1.2 Metodologia

As ferramentas utilizadas na sistematização e análise das atividades desenvolvidas entre 2009 e 2010 para elaboração deste Produto foram:

- Levantamento e análise de documentos relacionados às atividades de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade;
- Materiais disponibilizados pelos Estados;
- Sistematização das informações

O levantamento e análise de documentos tiveram como base de informação os documentos e relatórios gerados pela equipe técnica, pelos parceiros ministeriais e pelos consultores de cooperação técnica.

O momento posterior de sistematização ocorreu em escritório no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

1.3 Resultados

Durante o ano de 2010 o Plano Nacional de Promoção para as Cadeias de Valor dos produtos da Sociobiodiversidade obteve os seguintes resultados:

2. Gargalo 1 – Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito)

2.1 Rede de Serviços:

A Rede de Serviços tem por objetivo dar apoio aos empreendimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) com vistas a solucionar os principais gargalos identificados nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Ela foi constituída em 2009, por meio de um encontro realizado em Brasília nos dias 26 e 27 de agosto e contou com a participação de representantes das principais instituições governamentais (emateres, secretarias, universidades, bancos e instituições de pesquisa) e não governamentais (associações, cooperativas e fundações) que oferecem serviços de apoio a PCTAFs.

Em 2010, foi planejada a realização de 2 encontros, porém devido ao processo das eleições no segundo semestre e a falta de agenda do Plano no início do ano não foi possível a sua realização. Contudo, os membros da rede são sistematicamente animados via portal da sociobiodiversidade com informações relacionadas aos estados (iniciativas governamentais e não governamentais e eventos) e aos ministérios (ação das políticas e programas, chamadas e editais).

2.2 Portal:

O Portal da Sociobiodiversidade foi criado para romper as barreiras das distâncias geográficas e centralizar a geração e publicação de conteúdos do tema, proporcionando mecanismos de comunicação e sistemas de informação para o fortalecimento das cadeias existentes e nos assuntos pertinentes à sociobiodiversidade. Tem como base o *síte* do MDA, no Portal da Cidadania.

Em 2009, o Portal foi elaborado e construído. Em 2010 ele apresentou 28.843 visitas, 411 associados e foi realizado um curso virtual em políticas públicas de acesso à comercialização (PAA, PNAE, PGPM e PRONAF). Esse curso obteve 400 inscrições, das quais foram selecionadas 165 pessoas. Ao final, o curso obteve saldo positivo de 62% de pessoas aprovadas.

2.3 Capacitações:

2.3.1 PAA

A CONAB, o MDA e seus parceiros¹ realizaram um conjunto de capacitações que beneficiaram um total de 4.247 indivíduos no ano de 2010, como mostra o gráfico e a tabela a seguir:

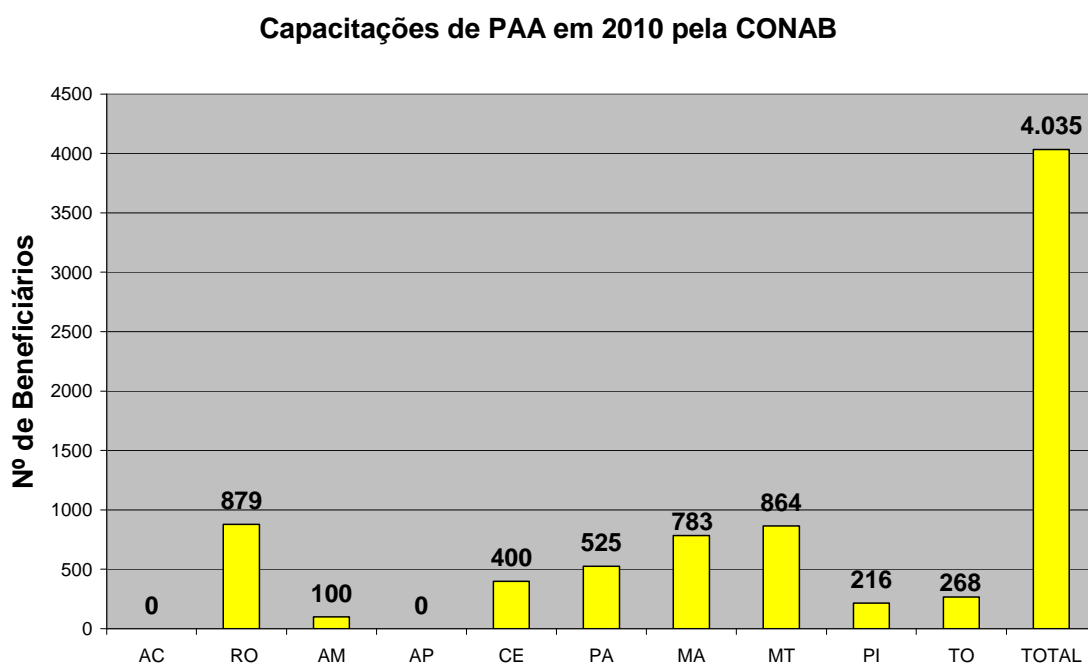


Gráfico 1: Relação de capacitações realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos no ano de 2010

O Gráfico 1 demonstra a abrangência dos resultados das capacitações realizadas pela CONAB na divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Durante o ano de 2010 foram realizadas várias capacitações envolvendo um total de 4.035 indivíduos. Os Estados do Amapá e do Acre não foram contemplados com essa ação.

¹ Emateres estaduais, Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA), Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do MDA, MDS, ICMbio, MMA.

O MDA/parceiros realizaram capacitações com o tema do PAA. No total, foram feitas 6 capacitações (Anexo 3), que beneficiaram 212 indivíduos, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Número de beneficiários com as capacitações realizadas pelo MDA e parceiros com o PAA

Local/UF	Beneficiários (Capacitações PAA)
São Luis – MA	30
Macapá – AP	100
Boa Vista – RR	50
Rio Branco – AC	32
Campina Grande - PB	Sem informação
Brasília – DF	Sem informação
Total	212

Fonte:MDA/ SAF/DEGRAV

2.3.2 PGPM

Oficinas PGPM: palestras realizadas para a subvenção direta e mobilização dos beneficiários. Foi realizada pela CONAB, desde janeiro de 2009, em 88 municípios, com 25 pessoas/reunião, totalizando aproximadamente 2.200 indivíduos instruídos para operacionalizar a PGPM-Bio, nos seguintes Estados: PA, AM, RO, AC, MT, MA, TO e RR.

2.3.3 PNAE

Foram realizadas pela SAF/MDA (2009 e 2010) 44 atividades, entre cursos de formação, encontros, oficinas num total de aproximadamente 3.000 participantes, entre gestores, agricultores e organizações da agricultura familiar. Grande parte dessa atividade foi realizada no nordeste, atingindo apenas um estado prioritário do PNPSB (Maranhão) e um na região Norte (Acre).

2.3.4 Value Links-B

O MMA, em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ), realizou 11 cursos em Cadeia de Valor (Value Links-B), com 275 participantes, entre gerentes, gestores públicos e técnicos; 06 oficinas para a Castanha do Brasil com 300 pessoas; 01 oficina para a cadeia do Babaçu e mais 8 oficinas para outras cadeias (açaí, copaíba e andiroba, pequi, piaçava, buriti, borracha, carnaúba).

2.4 Emissão de DAP's e REB's

2.4.1 Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP

A DAP é o documento que permite o acesso dos PCTAFs às políticas públicas do governo federal de acesso a mercado e crédito. O MDA possui em seu banco de dados aproximadamente 4.500.000 Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) de agricultores familiares. Dentro desse universo foram identificadas 31.930 DAP's extrativistas localizadas entre os estados prioritários do PNPSB (AM, AC, AP, RO, PA, MT, CE, MA, PI, TO). Esse dado está sistematizado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: DAPs extrativistas por Estado

ESTADOS	Nº de DAPs EXTRATIVISTAS
Acre	2.810
Amazonas	2.697
Amapá	1.336
Ceará	177
Maranhão	8.188
Mato Grosso	109
Pará	15.849
Piauí	278
Rondônia	335
Tocantins	151
Total	31.930

Fonte: MDA/SAF/Banco de Dados DAP

De acordo com a Tabela 2, observa-se que os Estados que mais emitiram DAP's extrativistas estão localizados na região Norte (AC, AM, PA, AP). Estes estados representam aproximadamente 70% do total. A exceção do Maranhão, localizado na região Nordeste, responsável por aproximadamente 25,6% do total.

Em 2009, duas instituições não governamentais foram cadastradas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) para emissão de DAPs, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Em 2010, o MIQCB recebeu um valor de R\$ 250.000,00 (dozentos e cinquenta mil reais) destinado a capacitação e compra de equipamentos para emissão deste documento. O CNS até o final de 2010, não havia recebido o recurso e nem a capacitação para operacionalizar a emissão de DAPs na região norte.

2.4.2 Relação de Extrativistas Beneficiários - REBs

A Relação de Extrativistas Beneficiários (REB) foi publicada pela portaria Nº 62 de 27 de novembro de 2009. De acordo com o seu Art 1º, se institui a REB, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A REB busca constituir um banco de identificação dos

extrativistas de determinada Unidade de Conservação de Uso Sustentável² visando possibilitar aos relacionados o acesso às Políticas Públicas dirigidas aos agricultores familiares.

Em 2010, foram emitidas 439 REBs, sendo os beneficiários de 08 Unidades de Conservação, distribuídos de acordo com a Tabela 4.

Tabela 3 – Beneficiários de REB em UCs.

Categoria da UC	Nome da UC	UF	Nº de Famílias	Beneficiários - REB
FLONA	Pau Rosa	AM	175	-
	Jatuarana	AM	4	-
	Crepuri	PA	2	-
	Caxiuanã	PA	68	-
	Jamari	RO	1	3
	Jacundá	RO	7	-
	Amapá	AM	4	3
RESEX	Mata Grande	MA	250	-
	Ciriaco	MA	1.250	191
	Riozinho do Afrísio	PA	57	21
	Caeté - Taperaçu	PA	2.000	-
	Renascer	PA	583	-
	Extremo Norte do Tocantins	TO	275	221
Total			4.670	439

Fonte: ICMBio/MDA (dez10)

De acordo com a Tabela 3 observa-se que a Relação de Beneficiários Extrativistas só alcançou cerca de 9.4% do número total de famílias localizadas nas UCs. Esse dado representa uma baixa efetividade da política e uma necessidade de revisão da forma de operacionalização do instrumento.

2.5 Documentação básica

A ação realizada pelo MDA para emissão de documentos básicos (Carteira de identidade, Carteira de trabalho, CPF, Certidão de nascimento) para PCTAFs é uma ação desenvolvida diretamente pelo *Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE)*. Este programa atendeu 133 municípios dos 235 prioritários pelo Plano Nacional,

² Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Floresta Nacional (FLONA).

durante os anos de 2006 e 2010, sendo que, dentro desse universo há presença de algumas repetições/município. Pelo Gráfico 2, pode-se perceber essa distribuição.

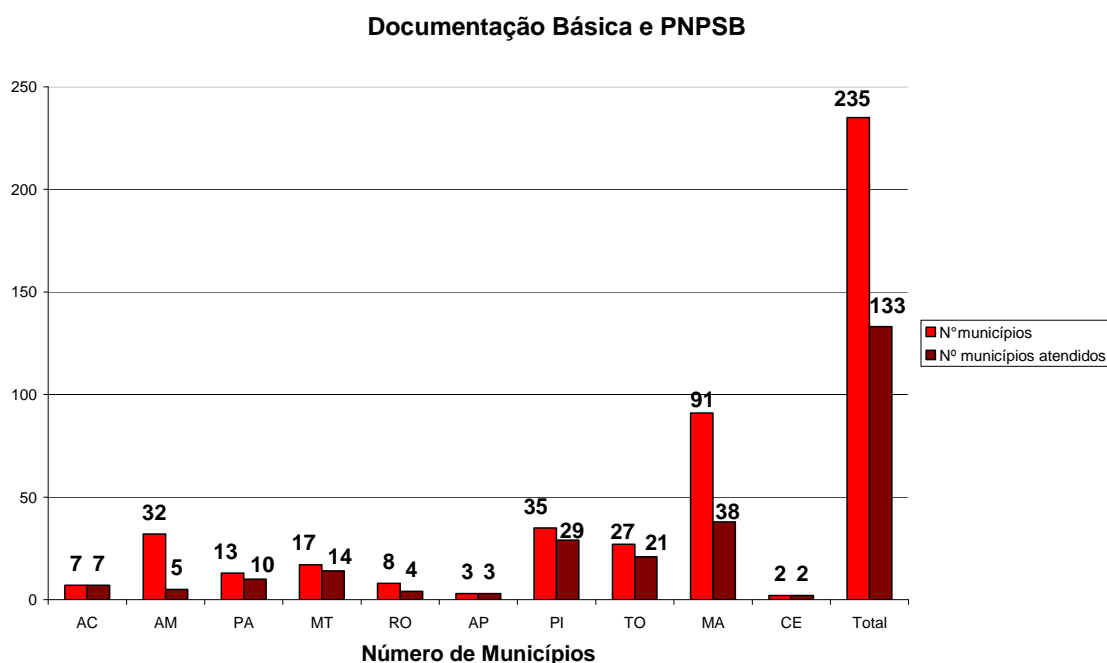


Gráfico 2 – Número de municípios priorizados pelo PNPSB e número de municípios atendidos pela PPIGRE entre 2006 e 2010.

2.6 Projetos Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)* tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.³

O Programa é executado pelo MDA em parceria com o MMA através dos projetos NUTRE. Estes projetos têm como objetivo prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) junto a Associações e Cooperativas de Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar visando à comercialização de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Está dividido em duas frentes de atuação:

1. Junto às organizações da agricultura familiar, capacitando para a venda;
2. Junto aos gestores da alimentação escolar nos grandes municípios selecionados, sensibilizando para a compra.

Em 2009, foi iniciado o Projeto Nutre Nordeste com atuação em 9 estados (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA) e 15 municípios da região nordeste. Este projeto está em execução

³

Site: www.fnnde.gov.br

por meio da organização não governamental AGENDHA. Esta instituição foi a primeira a desenvolver ações de apoio à implementação do art 14 da lei 11.947/2009 (atendimento da alimentação escolar). Por meio deste projeto, já foram inseridos alguns produtos da sociobiodiversidade nas chamadas públicas, como: polpas de cajá, bacuri e cupuaçu.

Em 2010, outros projetos NUTRE foram criados, como:

- ❖ Projeto NUTRE Pará;
- ❖ Projeto NUTRE São Paulo;
- ❖ Projeto NUTRE Minas Gerais;
- ❖ Projeto NUTRE Rio de Janeiro.

A Tabela 4 apresenta informações mais detalhadas destes projetos.

Tabela 4: Projetos assinados com o MDA utilizando o PNAE como instrumento de promoção a acesso a mercados

Convênio	Instituição Executora	Abrangência	Valor (R\$)	Beneficiários	Situação
Projeto Nutre Nordeste	AGENDHA	9 estados com 15 grandes centros compradores ⁴	4.057.641,43	3.868 famílias	Em execução
Projeto Nutre Pará	Instituto Sócio Ambiental Florianativa (ISAF)	8 grandes cidades compradoras ⁵	1.925.000,00	1.500 famílias	Contratado, esperando liberação da 1ª parcela
Projeto Nutre São Paulo	Via Pública – Instituto para o desenvolvimento da gestão pública e das organizações de interesse público	6 grandes cidades compradoras ⁶	2.070.000,00	3.216 famílias	Contratado, esperando liberação da 1ª parcela
Projeto Nutre Minas Gerais	Centro Alternativo de Agroecologia do Norte de Minas (CAA)	8 grandes cidades compradoras ⁷	1.582.000,00	80 empreendimentos (associações e cooperativas)	Publicado no DOU, convênio contratado
Projeto Rio de Janeiro	CEDRO: Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda	9 grandes cidades compradoras ⁸	1.302.000,00	60 empreendimentos (associações e cooperativas)	Publicado no DOU, convênio contratado

Fonte:MDA/SAF/ DEGRAV

⁴ São Luiz, Terezina, Fortaleza, Natal e Panamirim, João Pessoa e Bayeux, Recife, Olinda e Jaboatão, Maceió, Aracaju, Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas.

⁵ Ananindeua, Abaetetuba, Barcarena, Belém, Igarapé Mirim, Naituba, Moju e Santarém

⁶ São Paulo, Campinas, Sorocaba, São Bernardo do Campo, Carapicuíba, São Vicente

⁷ Belo Horizonte, Betim, Contagem, Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves e Uberaba

⁸ Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Belford Roxo, Magé, Petrópolis, Campo dos Goytacases, Macaé

2.7 Acesso ao Crédito

O crédito rural oferecido ao público extrativista durante o ano agrícola de 2009/2010 está sistematizado na Tabela 5. Os dados demonstram o número de contratos realizados e os valores aportados de recursos em projetos relacionados a produtos da sociobiodiversidade.

Tabela 5: Produtos da sociobiodiversidade financiados pelo PRONAF

Produto	Nº de Contratos	Valor Financiado (R\$)
Açaí	4.019	22.144.081
Babaçu	0	0
Carnaúba	33	335.927
Castanha do Brasil	33	3.631.337
Cupuaçu	41	220.625
Erva Mate	748	5.626.003
Murici	2	16.053
Piaçaba	23	356.306
Total	4.899	32.330.332

Fonte: MDA/SAF/DFPP

Dentre os 8 produtos apresentados pela Tabela 5, o açaí é o de maior destaque representando 82% do total de contratos. A castanha do brasil, cadeia prioritária pelo Plano, representa apenas 0,67% do número de contratos e o coco babaçu não obteve financiamento durante esse ano agrícola. Esse dado demonstra uma carência no acesso de crédito pelos extrativistas das duas cadeias.

Na elaboração deste relatório constatou-se que é necessária a obtenção de dados mais aprimorados de modo que contribua com as análises, tais como dados que mostrem, por exemplo, qual a categoria de crédito mais acessada pelo público extrativista e por quê; Qual a situação de endividamento ou da capacidade de pagamento deste público em relação ao recurso financiado. Para isso, seria interessante a realização de um estudo técnico que subsidie a coordenação do Plano com informações mais qualitativas sobre o assunto. Parte dessas informações poderia ser buscada nas agências financiadoras (bancos) e nas instituições de assistência técnica.

3. Gargalo 2 – Baixa capacidade organizativa da cadeia

3.1 Projeto MAT Gestão

A Metodologia em Assistência Técnica em Organização, Produção, Comercialização e Gestão nos Empreendimentos da Agricultura Familiar (MAT Gestão) é um conjunto de ferramentas utilizadas para apoiar e beneficiar os empreendimentos relacionados a produtos da sociobiodiversidade. Em 2010, foi elaborada uma chamada pública para aprovação de 60 projetos nesta metodologia. A chamada irá abranger três estados da região norte (Amazonas, Acre e Pará) e terá um aporte de R\$ 2.400.000,00 de reais do orçamento do MDA. Até o final de 2010, esse processo estava tramitando na consultoria jurídica do MDA.

3.2. Câmara Nacional da Sociobiodiversidade

A Câmara Nacional é um espaço de governança com representantes do Governo Federal, dos Governos Estaduais, da Pesquisa, do Setor Empresarial, da Rede de Serviços e das Organizações da Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais. Tem como objetivo geral desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, por meio de formulações de atividades, assessoramento/monitoramento, definição de prioridades e critérios referentes ao PNPSB. Sua constituição legal, até o final de 2010, dependia das assinaturas dos ministros do MDA, MMA, MDS, MAPA, MCT e MS.

3.3 Câmaras Estaduais

Os membros da Coordenação durante o ano de 2010 promoveram a articulação da criação de espaços de governança direcionados aos produtos da sociobiodiversidade nos 10 estados prioritários do Plano.

A criação dos espaços se dividiu em duas categorias, uns estados preferiram a criação de Grupos de Trabalho e outros optaram para a criação de Câmaras Setoriais. A Tabela 6 sistematiza essa informação por cadeia prioritária.

Tabela 6: Situação dos espaços de governança nos Estados

	Estado	Espaço de Governança	Formalização
Castanha-do-Brasil	AM	Câmara Setorial de Produtos da Sociobiodiversidade (SEAFE/SDS) ⁹	Sim
	AC	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEAPROF) ¹⁰	Não
	AP	Câmara Setorial da Sociobiodiversidade (IEF/SDR/SETEC) ¹¹	Sim
	PA	Comissão Estadual de Extrativismo (IDEFLOR/SAGRI) ¹²	Sim
	MT	Câmara de Produtos Extrativistas da Sociobiodiversidade (SEDER/MT Regional) ¹³	Sim
	RO	-	Não
Coco Babaçu	CE	Grupo de Trabalho Cadeia de Valor Coco Babaçu (SDA) ¹⁴	Sim
	MA	Grupo de Trabalho Cadeia de Valor Coco Babaçu (SEDAGRO) ¹⁵	Sim
	PI	Grupo de Trabalho Cadeia de Valor Coco Babaçu (EMATER) ¹⁶	Sim
	TO	Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade (SEAGRO) ¹⁷	Sim

Fonte: MMA/DEX

4. Gargalo 3 – Baixa oferta de produtos com qualidade

4.1 Critérios de boas práticas

Diretrizes e recomendações técnicas de boas práticas de manejo foram elaboradas para dez espécies extrativistas, sendo elas: *Dimorphandra mollis* (Fava d'anta), *Tabebuia avellanedae* (Ipê-rosa), *Tabebuia impetiginosa* (Ipê-roxo), *Myracrodruon urundeuva* (Aroeira), *Hymenaea courbaril* (Jatobá), *Attalea funifera* (Piaçava), *Lychnophora ericoides* (Arnica), *Copaifera sp* (Copaíba), *Carapa guianensis* Aubl. (Andiroba) e *Arisarum vulgare* (Candeia) numa ação articulada com o Serviço Florestal Brasileiro e a Secretaria de Biodiversidade de Floresta.

⁹ SEAFE/SDS: Secretaria Executiva Adjunta de Florestas e Extrativismo/ SDS: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

¹⁰ SEAPROF: Secretaria de Estado de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar

¹¹ IEF/SDR/SETEC: Instituto Estadual de Floresta/ Secretaria de Desenvolvimento Rural/ Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;

¹² IDEFLOR/SAGRI: Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará/ Secretaria de Estado de Agricultura;

¹³ SEDER/ MT Regional: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural;

¹⁴ SDA: Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará;

¹⁵ SEDAGRO: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário;

¹⁶ EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;

¹⁷ SEAGRO: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) também elaborou diretrizes e recomendações técnicas sobre boas práticas de manejo para outras nove espécies extrativistas, sendo elas: *Euterpe oleracea* (Açaí), *Bertholletia excelsa* (Castanha-do-brasil), *Orbignya phalerata*, Mart (Coco babaçu), *Copemicia prunifera* (Carnaúba), *Syagrus coronata* (Licuri), *Neoglaziovia variegata* (Caroá), *Dipteryx alata* (Baru), *Caryocar brasiliense* (Pequi) e *Mauritia flexuosa* (Buriti).

Esse material será utilizado para difusão (comunicação) sobre o manejo de produtos não madeireiros e integrará a IN 17 do MAPA/MMA como anexo. Essa Instrução Normativa expõe sobre o extrativismo orgânico. As diretrizes também serão pré requisito para o uso do selo da sociobiodiversidade quando for criado.

As diretrizes e recomendações da castanha e o babaçu já estão concluídas, mas não publicadas.

4.2 Adequação de laboratórios para a produção da Castanha-do-Brasil

O Plano Nacional articulou, em 2010, junto ao MAPA a possibilidade de criar um laboratório para análises de aflatoxinas em amostras de pequenos produtores na região norte do país.

A proposta era utilizar laboratórios credenciados pelo MAPA na região para tal atividade, uma vez que, existe um laboratório que realiza análises oficiais para o Ministério da Agricultura, denominado Laboratório Nacional Agropecuário no Pará – Lanagro/PA . Porém, de acordo com o ofício 305 CGAL/2010 (Anexo 4), respondido a Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade em novembro/2010, foi esclarecido que não há possibilidade desse laboratório realizar análises oriundas de auto-controle das empresas e produtores ou outras demandas particulares devido a capacidade operacional reduzida do espaço. Com isso, a articulação do Plano para esse tema não obteve avanços em 2010.

Além disso, no ano de 2010, houve o acompanhamento da construção dos critérios para aflatoxina junto ao GT Anvisa para Códex Alimentarius pela equipe técnica do Plano.

4.3 Modelos tecnológicos de quebra do coco babaçu

Durante o ano de 2010, foi realizada a missão técnica (visitas) pela Embrapa visando estudo, troca de experiências e diálogos com o Movimento das Quebradeiras de Coco. A Embrapa ficou responsável de sistematizar, avaliar e propor ajustes nos modelos apresentados. A reunião para socialização e discussão desse resultado será realizada em 2011.

5. Gargalo 4 – Acesso a mercados (mercado institucional)

5.1 Acesso a mercados institucionais (PAA, PGPM)

5.1.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos operacionalizou, em 2009, aproximadamente R\$ 363.000.000,00 (trezentos e sessenta e três milhões de reais) englobando 287.174,318 toneladas de produtos. Em 2010, as operações reduziram, sendo executado aproximadamente R\$ 314.000.000,00 (trezentos e quatorze milhões de reais) de recurso e 194.193,813 toneladas. Deste universo, foram operacionalizados aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) com produtos da sociobiodiversidade fornecidos pela agricultura familiar em 2009 e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 2010, como mostra o Gráfico 3.¹⁸

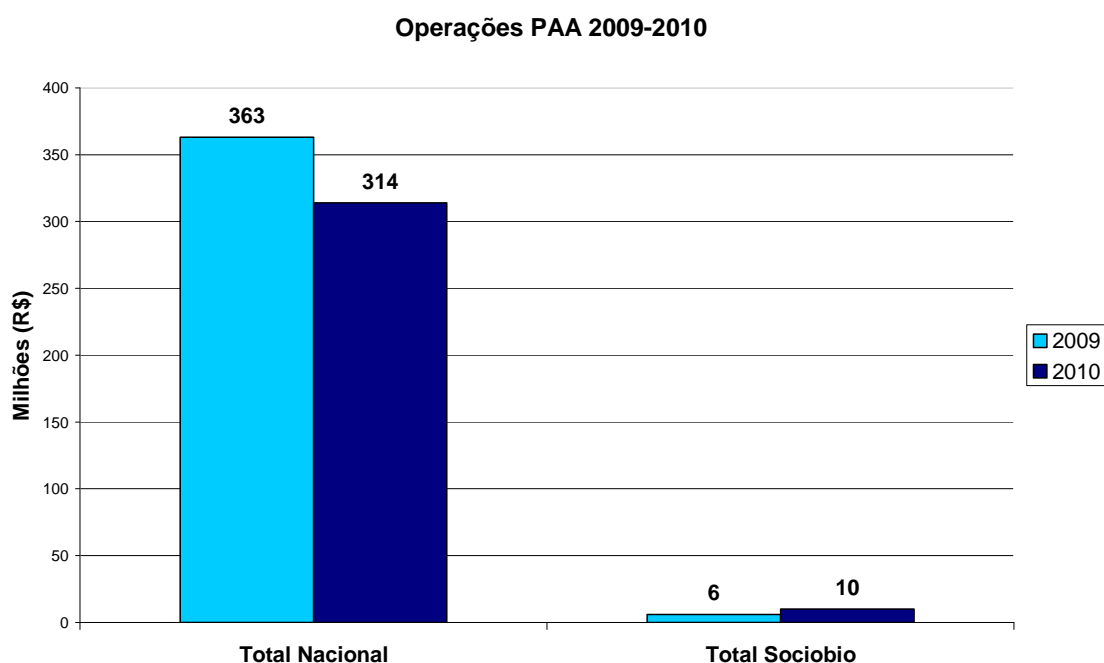


Gráfico 3: Quantidade de recursos envolvidos nas operações de PAA a nível nacional e a nível de produtos da sociobiodiversidade durante os anos de 2009 e 2010.

¹⁸

A lista dos produtos da sociobiodiversidade operacionalizados durante os dois anos está disponibilizada no Anexo 5

Os produtos das cadeias prioritários (Castanha e Babaçu) foram responsáveis pela operacionalização de 52,6% dos recursos da sociobiodiversidade em 2009 e 21,7% em 2010, de acordo com a Tabela 7.

Tabela 7: Operações realizadas pelo PAA para a Castanha-do-Brasil e o Coco Babaçu

Produto da Sociobiodiversidade	2009	2010	2009	2010
	Recurso (R\$)		Volume (t)	
Castanha-do-Brasil	3.157.923,90	2.211.189,38	3.064	1.902
Coco Babaçu	-	14.268,00	-	4,3
Total	3.157.923,90	2.225.457,38	3.064	1.906,3
Total Nacional de produtos da Sociobiodiversidade	5.998.875,30	10.235.666,24	4.023	5.045

Fonte: CONAB/ DIPAI/SUPAF/GECAF

Em 2009, não houve operações feitas para o coco babaçu, apenas para os seus derivados, como o azeite e a castanha de babaçu. Em 2010, esses dois produtos também foram operacionalizados como mostra a Tabela 8.

Tabela 8: Operações realizadas pelo PAA para o azeite e a castanha de babaçu

Produto da Sociobiodiversidade	2009	2010	2009	2010
	Recurso (R\$)		Volume (t)	
Azeite de Babaçu	7.950,00	131.239,00	1,7	15,7
Castanha de Babaçu	8.830,00	115.325,00	1,8	18,9
Total	16.780,00	246.564,00	3,5	34,6

Fonte: CONAB/DIPAI/SUPAF/GECAF

O número de beneficiários está descrito na Tabela 9 a seguir:

Tabela 9: Número de beneficiários do PAA entre 2009 e 2010

	2009	2010
	Nº de Beneficiários	
Total Nacional	106.945	84.084
Total Sociobiodiversidade	1.876	3.389
Castanha-do-Brasil	783	515
Coco Babaçu	-	4
Azeite de Babaçu	2	35
Castanha de Babaçu	3	31

Fonte: CONAB/DIPAI/SUPAF/GECAF

5.1.2 Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)

A PGPM-Bio operacionalizou em 2009, R\$ 1.069.000,00 (um milhão e sessenta e nove mil reais) beneficiando 3.508 famílias. Em 2010, as operações aumentaram 258%. A política investiu R\$ 2.757.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil reais) e beneficiou 16.365 família, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10: Operacionalizações PGPMbio de 2009 e 2010

PRODUTOS	2009 JANEIRO A DEZEMBRO		2010 JANEIRO A DEZEMBRO	
	Quantidade (t)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (t)	Valor (R\$ mil)
Babaçu (amêndoa)	312	183	1.485	872
Borracha Natural - Bioma Amazônico	444	801	638	1.145
Piaçava (fibra)			262	182
Castanha-do-Brasil (com casca)	188	85	983	558
Total	944	1.069	3.368	2.757
Famílias Beneficiadas	3.508		16.365	

Fonte: CONAB/ DIPAI/SUGOF/GEBO

Os primeiros sete produtos operacionalizados com a política de preço mínimo da CONAB foram: Castanha-do-Brasil, Coco Babaçu, Borracha, Açaí, Pequi, Piaçava e Carnaúba. A Portaria nº 522 de 21 de julho de 2010 estabeleceu preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade no âmbito da safra 2010/2011, sendo estes os produtos já citados, acrescentando-se o Baru (fruto), a Mangaba e o Umbu. Informações contidas no *site* da CONAB e no Portal da Sociobiodiversidade apresentam que, em 2011, novos produtos da sociobiodiversidade como murici, pinhão, juçara, buriti e cacau extrativo poderão ser os próximos beneficiários com a subvenção oferecida pela política.

5.2 Padrões de classificação e coeficientes técnicos para a Castanha-do-Brasil e para o Coco babaçu

A CONAB informou que nenhuma solicitação de classificação foi enviada ao MAPA referente ao azeite e ao mesocarpo de babaçu. A empresa justifica que não o fez por ter carência de informações sobre o coco babaçu. A nota técnica para os padrões de classificação do azeite e mesocarpo de babaçu precisa ter embasamento teórico para sua elaboração. É necessário a reunião de um conjunto de materiais (estudos e publicações) para que a equipe da CONAB possa elaborar sua análise e encaminhar ao MAPA, órgão responsável pela elaboração dos padrões oficiais de classificação de produtos vegetais.

Os padrões de classificação da Castanha-do-Brasil não foram revistos pelo MAPA. A portaria nº 846/1076 do referido ministério continua sendo a legislação vigente para o produto. Apenas o tema da aflatoxina foi revisto e uma portaria foi publicada que é: Portaria 02/2010.

6. Gargalo 4 – Acesso a mercados (mercado diferenciados)

6.1 Feiras e eventos

O acesso a mercados diferenciados por PCTAFs tem sido feito preferencialmente pela participação em Feiras e eventos promovidos pelo Governo Federal via ministérios. As

principais feiras e eventos realizados em 2009 e 2010 foram: Feira da Agricultura Familiar – FENAFRA, Exposustentat, Biofach Alemanha. As Tabelas 11 e 12 sistematizam as informações com números de empreendimentos e montante negociado durante os eventos.

2009

Tabela 11: Mercado diferenciado acesso pelos PCTAFs em 2009

Feira e Evento		Número de Empreendimentos	Volume comercializado (R\$)
FENAFRA		-	300.000,00
Exposustentat	Sala Caatinga Cerrado	20	957.000,00 ¹⁹
	Sala Andes Amazônia	23	43.000,00
	Sala Mata Atlântica	-	-
Biofach Alemanha		10	1.288.000,00
Total		53	2.588.000,00

Fonte: MDA/SAF/DEGRAV/CGDEAAAC

2010

Tabela 12: Mercado diferenciado acesso pelos PCTAFs em 2010

Feira e Evento	Número de Empreendimentos	Volume comercializado (R\$)
FENAFRA - Praça da Sociobiodiversidade	26	-
Exposustentat - Praça da Sociobiodiversidade	38	700.549,00
Biofach Alemanha	15	1.000.000,00 ²⁰
Outros²¹	-	-
Total	53	1.700.549,00

Fonte: MDA/SAF/DEGRAV/CGDEAAAC

A FENAFRA obteve a participação de dois empreendimentos com a castanha, a Cooperativa Verde de Manicoré e a Coopeariva dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia (COOPERAGRECA).

Os produtos da sociobiodiversidade na Biofach Alemanha de 2009 tiveram como representantes a Cooperativa Agropecuária Familiar de Curaçá, Uauá e Canudos (COOPERCUC) com 230 famílias beneficiárias e a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão beneficiando 3.600 famílias. Em 2010, foram dois os representantes da sociobiodiversidade: Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA), com a castanha-do-brasil e Naturais da Amazônia, com a andiroba, bacuri e copaíba.

¹⁹ Santos, L.C.R Destaque da parceria entre a Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no nordeste do Brasil. Programa Desenvolvimento Regional Integrado (GTZ/DRI). Julho/2010. O valor representa a quantidade de recurso fechado na Exposustentat em 2008, mas comercializado em 2009. Os dados da Exposustentat de 2009 não foi disponibilizado.

²⁰ Site: www.planetaorganico.com.br/biofach2010

²¹ Feira de Porto Alegre, Bio Brasil e Salão do Turismo

6.2 Selo da sociobiodiversidade

O selo da sociobiodiversidade é um instrumento que será utilizado por extrativistas que adotam boas práticas de manejo na extração da matéria-prima. Esse instrumento ainda está em fase de estudo pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA.

6.3 Setor Empresarial

O Plano Nacional da Sociobiodiversidade articulou duas Parcerias com o Setor Empresarial entre os anos de 2009 e 2010, uma entre a Associação Brasileira das Indústrias de Sorvetes (ABIS)/ indústria de alimentos Atrium e a Rede Caatinga Cerrado e a outra envolvendo a Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA), Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e a rede de supermercados Walmart. As informações levantadas sobre elas foram:

A parceria entre a Associação Brasileira das Indústrias de Sorvetes (ABIS)/ indústria de alimentos Atrium e a Rede Caatinga Cerrado ainda está pendente, quem é o responsável por ela é o Sr. Kleber Petan da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA.

A parceria envolvendo a Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA), Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e a rede de supermercados Walmart está em andamento. De acordo com relatos dos representantes da COVEMA, houve apenas um pedido de entrega do produto ao supermercado. A cooperativa aguarda novos pedidos.

Outra PSE em andamento é a Revitalização da Cadeia da Borracha no Estado do Amazonas que envolve a GIZ, o CNS e a ADS. Essa PSE tem como objetivo geral Promover a revitalização da cadeia produtiva da borracha no Estado do Amazonas, incrementando a renda de aproximadamente 1.650 extrativistas pelo bom uso da floresta.

7. Gargalo 5 – Acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais

7.1 Marco regulatório ambiental para manejo sustentável e produção de carvão de babaçu

O Ministério do Meio Ambiente não avançou em relação a essa atividade. Em 2010, a EMBRAPA realizou visitas técnicas para a definição do modelo tecnológico da quebra do coco babaçu. Este relatório será colocado em consulta pública em fevereiro de 2011.

2. CAPÍTULO 2 – Ações nos 10 Estados Priorizados pelo Plano no âmbito das Cadeias da Castanha – do – Brasil e do Coco Babaçu

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade desenvolveu ações em 10 estados do Brasil, sendo eles seis com atuação na cadeia da Castanha-do-Brasil (Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Amapá e Mato Grosso) e quatro com atuação na cadeia do Coco Babaçu (Maranhão, Piauí, Ceará e Tocantins).

Em 2010, foram vários resultados alcançados nos estados através das ações do PNPSB. As principais ações serão descritas a seguir:

Estados que integram a Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil

Amazonas

O Estado do Amazonas obteve avanços no apoio aos produtos da sociobiodiversidade nos seguintes assuntos:

- ❖ Emissão de DAPs: o estado possui 2.697 extrativistas dapiados e com potencialidade de acesso às políticas públicas e ao crédito;
- ❖ O estado operacionalizou o pagamento de preço mínimo para borracha, beneficiando mais de 700 seringueiros;
- ❖ Criação do Conselho de Desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais por meio da lei 3.525 de 15 de junho de 2010;
- ❖ Criação da Câmara Setorial de Produtos da Sociobiodiversidade através da portaria 069/2010 (Anexo 6);
- ❖ Criação dos Comitês Técnicos (Borracha, Castanha, Piaçava, Animais Silvestres, Pesca, Peixe Ornamental e Óleos Vegetais);
- ❖ As Parcerias com o Setor Empresarial firmadas entre AVIVE e AMIL Madeireira com óleos; COVEMA e Walmart com a castanha; CNS com a borracha; Hanches com o cacau possibilitou a integração entre os parceiros no âmbito federal, estadual, organizações sociais e agência de cooperação alemã;
- ❖ Em elaboração o marco regulatório da marca para a cadeia da castanha;
- ❖ O serviço de assistência técnica florestal do estado recebeu capacitações nas áreas de boas práticas de manejo da castanha e da borracha, uma parceria entre o IDAM e a EMBRAPA/Amazônia Ocidental. Foram capacitados 32 técnicos.

Pará

Principais avanços alcançados pelo Estado:

- ❖ Estudo de mercado da borracha na região oeste do Pará com objetivo de apoiar a revitalização da indústria de beneficiamento e borracha da Acosper. Esse projeto foi executado pelo IDEFLOR²² em parceria com CEAMA²³;
- ❖ Realização de Seminário de Óleos Vegetais do Oeste do Pará: situação atual e perspectivas para o desenvolvimento. Consolidação do Grupo de Trabalho de óleos vegetais do oeste do Pará;
- ❖ Implantação de áreas de coletas de sementes – ACS. Foram implantadas 2 áreas com tamanho de 100 e 90 há. O objetivo dessas áreas é dar suporte de sementes a rede de produção de mudas da Região do Xingu, norte do estado. Atualmente são 70 famílias beneficiadas diretamente, contudo têm-se mais 30 famílias que trabalham em suas propriedades com apoio técnico, coletando sementes e fornecendo aos viveiros;
- ❖ Convênio assinado entre o IDEFLOR e o MDS para apoio aos APLs da Castanha do Brasil e Açaí na região da Calha Norte e Marajó;
- ❖ Estudos realizados da cadeia de comercialização de produtos florestais não madeireiros. Iniciativa realizada pelo IDEFLOR e IDESP²⁴.

Amapá

O Estado do Amapá não apresentou um balanço de 2010, porém foi demonstrado os trabalhos de 2011, resultados descritos a seguir:

- ❖ Realização do I Encontro Estadual da Sociobiodiversidade. Participação de 56 instituições e 118 participantes;
- ❖ Elaboração da Carta da Sociobiodiversidade: “Cuidando da floresta, cuidando de nós” (Anexo 7);
- ❖ Decreto estadual: Criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade (Decreto nº 1.892 de 21 de março de 2011, Anexo 8);

Mato Grosso

O Mato Grosso apresentou as seguintes atividades desenvolvidas em 2010:

- ❖ Criação da Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade (Resolução Nº 20/2009 de 24 de setembro 2009, Anexo 9) com sua implementação em 2010;
- ❖ Integração de ações com os estados do Acre e Amazonas: Seminário no Acre (Boas Práticas da Castanha-do-Brasil);

²² IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará

²³ CEAMA – Centro de Educação da Amazônia

²⁴ IDESP: Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará

- ❖ Intercâmbio de experiências no Acre e Amazonas: cadeia da castanha-do-brasil e Normativas para Produtos Florestais Não Madeireiros e Manejo Comunitário;
- ❖ Participação na FENAFRA em 2010 com empreendimentos comunitários;
- ❖ Realização do Seminário Castanha-do-Brasil na Amazônia Mato Grossense: Políticas Públicas para Produção Sustentável nos dias 30 de agosto e 01 de setembro em Cuiabá;
- ❖ Elaboração do Plano de Ação Estadual para Castanha – SEMA/PNUD/BRA/GEF;
- ❖ Articulação e aprovação do benefício fiscal para as empresas que processam produtos não madeireiros de origem do extrativismo vegetal – Resolução do CONDEPRODEMAT 014 DE 03/11/2010 (Anexo 10);
- ❖ Isenção do ICMS para operações internas para alguns produtos nativos de origem vegetal – Convênio ICMS 123/2010;
- ❖ Elaboração da proposta de projeto de pesquisa pela EMBRAPA/MT **“Caracterização morfológica físico-químico e genética de populações nativas de catanheira-do-brasil nos estados de Mato Grosso (Brasnorte, Juruema, Colniza, Itaúba e Alta Floresta) e do Acre”** e do projeto **“Qualidade da Castanha durante o armazenamento”** – ambos os projetos foram submetidos a editais em 2010 e até o momento não tem-se resposta sobre sua aprovação.

Acre

Principais ações desenvolvidas pelo estado:

- ❖ Realização do seminário da castanha nos dias 23 e 24 de setembro com o objetivo de socializar o resultado da oficina de construção do manual de boas práticas de manejo da castanha do Brasil e o plano de ação elaborado pelo PNPSB para a cadeia da castanha;
- ❖ Divulgação das boas práticas de manejo da castanha via cartaz e folhetos;
- ❖ Realização de cursos de boas práticas de manejo da castanha;
- ❖

Rondônia

O Plano Nacional durante, o ano de 2010, não conseguiu uma articulação com o governo do estado, devido a muitas dificuldades de internalização do tema e de outros problemas políticos. Com isso, existem poucas informações disponibilizadas no portal da sociobiodiversidade sobre ações desenvolvidas pelo governo do estado em conjunto com o PNPSB para promoção das cadeias da sociobiodiversidade. Sendo elas:

- ❖ Capacitação de agentes de ATER nos produtos da sociobiodiversidade;

- ❖ Atividades realizadas pelo Projeto Reca: diagnóstico, inventário participativo, levantamento dos estoques de castanha, mapeamento da população e custo de produção.

Estados que integram a Cadeia de Valor do Coco Babaçu

Piauí

O estado do Piauí apresentou as seguintes atividades:

- ❖ Criação do Grupo de Trabalho do Babaçu (GT - Babçu), 05/2010.;
- ❖ Nomeação do Ponto Focal – Portaria, GAB. DIGER Nº044/2011;
- ❖ Oficialização do GT Babaçu – Port. GAB. 056/2011;
- ❖ Oficina de Diretrizes Técnicas para Manejo Sustentável do Coco Babaçu, 12/2010;
- ❖ Realização do I Seminário sobre Extrativismo do Território dos Cocais – divulgação da pesquisa de cadastramento das quebradeiras de coco nos dias 10 e 11 de junho;
- ❖ Participação na Missão Técnica de Avaliação de Máquinas utilizadas para o aproveitamento do babaçu, 11/2010;
- ❖ Primeiro pagamento de subvenção da amêndoa do babaçu;
- ❖ 21 municípios estão adquirindo produtos da agricultura familiar através do PNAE;
- ❖ Projetos desenvolvidos: - Quebra mecânica e beneficiamento do babaçu no município de São João do Arraial;
 - Apoio a estruturação de mini-fábricas familiares de produção de doce e óleo de buriti. Beneficiários: 300 extrativistas;
 - Apoio a Cadeia de desenvolvimento do óleo do buriti e babaçu. Beneficiários: 400 extrativistas;
 - Pesquisa e cadastramento de quebradeiras de coco no Território dos Cocais, beneficiando 12 municípios;
 - GERATC: Articulação Interinstitucional e Multidisciplinar Promovendo a Pesquisa científica para Explorar as Potencialidades do Coco Babaçu;
 - Implantação de 3 fábricas de beneficiamento de frutos tropicais, nos municípios de Picos, Padre Marcos e Paulistana;
 - Construção de infra-estrutura física e aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria de beneficiamento de frutas tropicais (Guadalupe).

Ceará

No estado do Ceará foi apresentado o seguinte diagnóstico:

- ❖ Criação do Grupo de Trabalho do Babaçu (GT - Babçu), 05/2010. Portaria Nº 1246 de 25 de novembro de 2010 (Anexo 11);
- ❖ Os órgãos de extensão rural iniciaram o trabalho com o coco babaçu;
- ❖ Introdução da Rede de Produtos e Mercados Diferenciados no estado que possibilitou o trabalho junto aos agricultores familiares dos municípios de Barbalha, Baturité, Crato, Meruoco, Pacotti e Viçosa do Ceará.

Tocantins

O Tocantins apresentou em 2010 as seguintes ações:

- ❖ Criação da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade. Evento realizado no dia 26 de maio;
- ❖ Criação do GT do Babaçu. Primeira reunião realizada no dia 10 e 11 de junho;
- ❖ Visitas as comunidades de quebradeiras de coco;
- ❖ Articulação com os setores da cadeia do babaçu;
- ❖ Inclusão do APL do babaçu na meso região do Bico do Papagaio e Território da Cidadania;
- ❖ Projeto Arte Norte – SEBRAE;
- ❖ Lei do babaçu livre em discussão;
- ❖ Construção de 800 casas para as quebradeiras de coco;
- ❖ Elaboração do manual de boas práticas e manejo do babaçu.

Maranhão

O diagnóstico do estado apresenta as seguintes atividades:

- ❖ Realização do I Congresso Brasileiro de Palmeira de Babaçu nos dias 25 e 28 de abril;
- ❖ 1º Reunião do GT do Babaçu no município de Pedreiras, realizado nos dias 13 e 14 de maio;
- ❖ Instituição do Grupo de Trabalho do Coco Babaçu pela Portaria Nº 019/2010/GAB – SEDAGRO, de 18 de maio de 2010 (Anexo 12);

3. CAPÍTULO 3 - Avaliação dos Resultados

3.1 Atividades Ministeriais

Os principais resultados alcançados pelas atividades desenvolvidas podem ser classificados como qualitativos e quantitativo. De acordo com a declaração de membros da coordenação do Plano Nacional, os principais resultados qualitativos atingidos foram:

Promoção e divulgação

- ❖ O PNPSB ganhou visibilidade dentro do governo e promoveu visibilidade aos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – PCTAFs;
- ❖ Houve a definição conceitual do termo “Sociobiodiversidade” e de “Produtos da Sociobiodiversidade” que até a publicação da portaria 239 de 22 de julho de 2009 não existia;
- ❖ Criação de um ambiente virtual sobre o tema possibilitando assim, a socialização das informações vinculadas à sociobiodiversidade;

Atuação a nível estadual

- ❖ Diálogos com os dez estados prioritários por meio dos espaços de governança (Grupos de Trabalhos e Câmaras Setoriais) criados para a discussão do tema;

Mercados

- ❖ Valorização dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados diferenciados;
- ❖ Criação da Praça da Sociobiodiversidade na Feira da Agricultura Familiar;
- ❖ Crescimento da participação dos PCTAFs em feiras e eventos de promoção às cadeias da sociobiodiversidade.

A análise dos resultados quantitativos será feita seguindo a estrutura do documento, obedecendo à distribuição em gargalos de cada atividade. As ações desenvolvidas pelo MDA e pela coordenação (gargalos 1 e 2) abrangeram várias cadeias produtivas impossibilitando, assim, o recorte para as cadeias prioritárias, Castanha-do-Brasil e Coco Babaçu. Os outros gargalos, como o de responsabilidade do MMA (gargalo 3, 4 e 5) e da CONAB, conseguiram afunilar suas ações para as duas cadeias prioritárias, facilitando a análise para o resultado desse produto. A avaliação desses principais resultados se encontra a seguir:

3.1.1 Gargalo 1: Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito)

- ❖ Criação da Rede de serviços em 2009 e em 2010, animação dos atores participantes da rede via portal da sociobiodiversidade;
- ❖ *Portal da Sociobiodiversidade*: ferramenta de divulgação de informações (relatórios, materiais de áudio visual, publicações, chamadas públicas, editais) e notícias relacionadas ao tema, sendo acessado por mais de 28.000 pessoas localizadas no Brasil, EUA, El Salvador, Alemanha, Portugal, França, Espanha, México e Argentina desde a sua criação, até o final de 2010. Realização de capacitação virtual de políticas públicas de apoio à comercialização de produtos da sociobiodiversidade com a aprovação de 110 pessoas das 165 selecionadas, ou seja, 67% do total. Devido ao grande número de acessos em outros países seria interessante a introdução de outras línguas dentro do portal (inglês e espanhol);
- ❖ Utilização de capacitações como ferramenta de divulgação de políticas públicas de apoio à comercialização da produção dos PCTAFs, tais com PAA, PGPM, PNAE e Cadeia de Valor. Beneficiaram mais de 4.000 pessoas em 2010;
- ❖ O *Banco de Dados das Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP)* retirou 31.930 DAPs extrativistas localizadas nos estados prioritários do PNPSB. A maior parte dos estados possui um número muito pequeno de DAPs extrativistas, é necessário a articulação a nível macro direcionada aos emissores oficiais de DAP. Uma elevação de 30% no número de DAPs extrativistas, significaria mais 53 extrativistas com o documento no Ceará, 39 no Mato Grosso, 83 no Piauí, 100 em Rondônia e 45 no Tocantins. Valores totalmente possíveis de serem atingidos com o direcionamento das ações e com o interesse político dos estados.
- ❖ O Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) e Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) foram cadastradas como emissores de DAP.
- ❖ Publicação da *Relação de Extrativistas Beneficiários (REBs)*, em 2009, beneficiou, até 2010, 439 extrativistas com a possibilidade de acesso às políticas públicas de apoio à comercialização em 13 Unidades de Conservação localizadas nos estados AM, PA, RO, MA e TO;

- ❖ Ação de retira de documentação básica realizada pelo *Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE)* beneficiou os estados do PNPSB, numa ação contínua que se iniciou em 2006 até dezembro de 2010 para a emissão de documentação básica (carteira de identidade, carteira de trabalho, CPF, certidão de nascimento), documentos estes, fundamentais para a retirada da DAP. De acordo com o gráfico 2 (pág 15), é necessária uma ação mais efetiva nos municípios que compõem os estados do Amazonas e do Maranhão, pois até o momento só foram beneficiados com a ação 15% dos municípios no AM e 42% no MA. Para uma maior efetividade do acesso às políticas nas UCs é também necessário uma integração maior entre o ICMBio e o MDA para promoção dessa ação nos municípios de localização das UCs;
- ❖ Em 2009 e 2010 foram investidos pelo governo federal R\$ 5.982.641,43 (cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e três centavos) na aprovação de 2 projetos para promoção ao acesso dos PCTAFs ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O *Projeto Nutre Nordeste* está em execução e o *Projeto Nutre Norte*, de atuação no Estado do Pará, foi contratado no final de 2010. Estes dois projetos estão beneficiando 5.368 famílias. Os outros projetos NUTRE localizados em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro vão mobilizar durante os próximos dois anos um montante de R\$ 4.954.000,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais). A chamada aberta para aprovação de projetos no Amazonas não foi contemplada com a presença de nenhuma instituição. Neste sentido, é necessário um trabalho mais específico em relação a divulgação e mobilização das instituições, utilizando várias ferramentas de comunicação, mas principalmente o portal da sociobiodiversidade. Até o momento, não é possível averiguar quantos produtos da sociobiodiversidade estão inseridos nos projetos, porém, essa informação pode ser levantada a partir de uma articulação do DEGRAV com a diretoria do FNDE de modo que seja possível haver esse recorte nos levantamentos anuais que são realizados pela instituição;
- ❖ De acordo com os dados do crédito, observa-se um aporte de R\$ 32.330.332,00 para projetos com produtos da sociobiodiversidade. Esse valor representa 0,32% do valor total financiado pelo PRONAF na safra 2009/2010²⁵. Para promover uma mudança nesse valor é necessário organizar mutirões de documentação básica e DAP, acordar com os órgãos financeiros a aceitação de projetos extrativistas com capacidade de pagamento, assistência técnica apropriada a realidade local e aos produtos extrativistas e articulação política nos níveis macro e meso das cadeias.

²⁵ Valor financiado pelo PRONAF em 2009/2010: R\$ 11.092.618.916,00

3.1.2 Gargalo 2: Baixa capacidade organizativa da cadeia

- ❖ Criação do projeto MAT Gestão. Beneficiamento de 20 projetos da sociobiodiversidade (castanha e babaçu) com a metodologia em assistência técnica em organização, produção e gestão nos empreendimentos em 2009. Abertura para aprovação de mais 60 projetos, todos com o recorte para os produtos da sociobiodiversidade para três estados da região norte;
- ❖ Criação da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade como espaço de discussão, assessoramento, monitoramento/acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas às cadeias de valor da sociobiodiversidade;
- ❖ Articulação com os 10 estados prioritários para criação de espaços de governança relacionados ao tema. Dentre os 6 estados da castanha, 4 foram formalizados (AM, PA, AP e MT). Entre os estados do babaçu, todos foram formalizados (CE, MA, PI, TO).

3.1.3 Gargalo 3: Baixa oferta de produtos com qualidade

- ❖ Elaboração de diretrizes de boas práticas de manejo para 19 espécies da PGPM sendo realizada por meio de uma parceria entre o Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, a Secretaria de Biodiversidade de Florestal, o Serviço Florestal e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É necessário acompanhar o resultado desse trabalho;
- ❖ Construção dos critérios para a aflatoxina junto a ANVISA. Retomar essa atividade e os contatos com a ANVISA e o MAPA (medidas de auto-controle);
- ❖ Realização de missão técnica pela EMBRAPA para estudo de modelos tecnológicos de quebra do coco babaçu;

3.1.4 Gargalo 4: Acesso a mercados (mercado institucional)

- ❖ Crescimento de 67% (R\$ 4.000.000,00) nas operações realizadas pelo PAA para aquisição de produtos da sociobiodiversidade. Estas operações envolvem todas as modalidades do PAA (Doação Simultânea, Formação de Estoque e Compra Direta). O PAA nacional beneficiou 84.084 famílias em 2010 (Tabela 9, pág 22) e o PNPSB 3.389 famílias;
- ❖ A cadeia da castanha foi responsável pela operacionalização de 76% do volume total de produtos da sociobiodiversidade comercializados em 2009, e apenas 37,7% em

2010 (Tabela 7, pág 22). Apresentando uma queda de 1.162 toneladas. Apesar dessa oscilação entre os dois anos, o PAA é um dos principais instrumentos de política pública acessados pelos PCTAFs, e que garantiu em 2009, o recebimento em média/família de R\$ 3.390,00 (três mil, trezentos e noventa reais) pela Doação Simultânea e R\$ 4.187,06 (quatro mil, cento e oitenta e sete reais e seis centavos) pela Formação de Estoque. Em 2010 os valores foram: R\$ 3.734,29 (três mil, setecentos e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos) na Doação Simultânea e R\$ 4.374,74 (quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) na Formação de Estoque;

- ❖ A cadeia do babaçu obteve um salto de 988,57% toneladas adquiridas de azeite e castanha de babaçu de 2009 para 2010 (Tabela 8, pág 22). O número de famílias beneficiárias também apresentou um aumento significativo de 1320% (66 famílias), de acordo com a Tabela 9, pág 22;
- ❖ A CONAB possui uma lista de 10 espécies que estão submetidas a subvenção pela PGPMbio, porém entre 2009 e 2010, apenas 4 produtos foram submetidos à política (Tabela 10, pág 20). A CONAB conseguiu operacionalizar R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) dos R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) planejados. Esse resultado representa 38% do valor total. Apesar disso, houve incremento nas operações de quantidade, valores e número de beneficiários. De 2009 a 2010, o número de beneficiários atendidos pela política aumentou em 366,5% (12.857 famílias);
- ❖ Possibilidade de ampliação da lista de produtos da sociobiodiversidade para a safra 2011/2012. De acordo com a CONAB, em 2011 espera-se inserir espécies como o murici, pinhão, juçara, buriti e cacau extrativo nas subvenções da PGPMbio;

3.1.5 Gargalo 4: Acesso a mercados (mercados diferenciados)

- ❖ A participação em feiras e eventos apresenta-se como outra oportunidade de realização de negócios pelos PCTAFs. As principais feiras acessadas por este público são FENAFRA, BIOFACH, Exposustentat, Bio Brasil e Salão do Turismo. É necessário acompanhamento mais detalhado, principalmente em relação aos valores de negócios que são fechados durante as feiras e após por meio de concretização dos negócios prospectados. A elaboração de um banco de dados seria importante para o acompanhamento desta atividade;

- ❖ As outras atividades como o selo da sociobiodiversidade e as parcerias com o setor empresarial não apresentaram resultado concreto até o momento. Recomenda-se a retomada das agendas referentes a essas atividades.

3.1.6 Gargalo 5: Acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais

- ❖ A criação de marco regulatório ambiental para manejo e produção de carvão de coco babaçu também não avançou durante esses dois anos. Novas agendas de compromisso deverão ser marcadas para retomada dessa atividade

3.2 Atividades nos 10 Estados prioritários

Em relação as atividades dos Estados na promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade alguns conseguiram desenvolver mais ações do que outros. Algumas considerações são descritas a seguir:

❖ Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil

Dentre os 6 estados que compõem a cadeia da Castanha-do-Brasil, observa-se que 4 deles representados pelo Amazonas, Pará, Mato Grosso e Amapá conseguiram propor elaboração de marcos regulatórios, promoveram capacitações, estudos e projetos, criação de espaços de gestão para o tema da sociobiodiversidade. Além de apresentarem particulares que podem ser replicadas nos outros estados como a instalação de 4 PSEs no Amazonas; No Mato Grosso tem-se a elaboração do Plano Estadual da Castanha, a aprovação do benefício fiscal para empresas que processam produtos não madeireiros de origem do extrativismo vegetal e a isenção do ICMS para operações internas para alguns produtos nativos de origem vegetal.

O aspecto positivo nas ações relacionadas ao Amazonas está condicionado a ligação sociocultural que o estado possui com a floresta e com a cultura extrativista. O governo do estado investe em ações de desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade e de preservação do meio.

O Mato Grosso possui uma vontade política para o desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade, pois é uma forma de promover a geração de renda com produtos naturais extrativistas, juntamente com a preservação ambiental, já que o estado é um dos que mais desmatam de todo o país.

Acre e Rondônia foram dois estados com pouco ou quase nenhum diálogo com o Plano Nacional durante esses anos, ficando claro a necessidade de uma retomada política em relação aos dois estados.

❖ Cadeia de Valor do Coco Babaçu

Entre os estados que trabalharam pra desenvolver a cadeia de valor do Coco Babaçu, o Tocantins e o Piauí tiveram destaque com a criação de espaços de gestão para discussão do tema sociobiodiversidade, desenvolveram projetos, participaram da missão técnica promovida pela EMBRAPA, participaram da elaboração de diretrizes técnicas para o manejo do coco babaçu e de seminários. Ações que podem ser replicadas para os outros Estados realizadas por esses dois estados:

1. A Lei do babaçu livre no Tocantins e;
2. A presença de 21 municípios adquirindo produtos da agricultura familiar pelo PNAE no Piauí.

O Tocantins não possui muitas ações no âmbito da promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, porém foi um estado que iniciou ações para de cunho social e político de apoio às quebradeiras de coco.

O Ceará, apesar de ter várias ações, com projetos e atividades voltadas a sociobiodiversidade, não possui uma articulação política entre os membros do governo, secretarias e órgãos vinculados, com o Plano Nacional. O PNPSB conseguiu sensibilizar técnicos, mas não o conseguiu com o governo do Estado. Intervenção política e técnica fazem-se necessário.

Ceará e Maranhão não apresentaram muitas atividades de promoção da cadeia ficando evidente a necessidade de uma ação mais efetiva tanto técnica quanto política do Plano Nacional da Sociobiodiversidade.

De maneira geral, para que haja crescimento das ações nos Estados com foco no desenvolvimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade é necessário o apoio técnico da equipe do Plano Nacional na promoção:

- ❖ Do acesso as políticas públicas de acesso a mercado e de promoção comercial;
- ❖ De estratégias de acesso a DAP e a REB;
- ❖ Da ampliação do atendimento aos municípios para retirada de documentação básica;
- ❖ De chamadas de fomento a gestão;
- ❖ Na elaboração de boas práticas de manejo e;
- ❖ De capacitações (PAA, PGPMbio, PNAE, Value link).

Além disso, deve haver o comprometimento político dos membros da coordenação e de seus Ministérios em criar agendas positivas nos estados, com o comprometimento de seus governantes em integrar as ações dos estados com as ações do Plano Nacional. Ações essas que tem íntima relação com a preservação ambiental, com o uso sustentável dos recursos florestais não madeireiros, com a geração de renda, com a agregação de valor e com o acesso a mercados sustentáveis. Para isso, é necessária a manutenção dos parceiros nas várias instituições prestadoras de serviços, tais como nas áreas de crédito, fomento, pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

3. ANEXO 1: Balanço de Atividades 2009/2010



PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE PNPSB BALANÇO 2010 (ABR/2009 a DEZ/2010)

POLITICAS SETORIAIS DAS CADEIAS NACIONAIS (NÍVEL MACRO)

1. Emissão de DAPs

INDICADOR	ATÉ DEZ/2009	ATÉ DEZ/2010
DAPs emitidas ¹	300 (no lançamento do PNPSB, em abril) 4.650 ^{1a}	31.930
Emissores de DAP's cadastrados ² (para Castanha e babaçu)	2	

(1a) No período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010 foram emitidas 31.930 DAPs extrativistas a nível nacional. Nos municípios prioritários do Plano Nacional da Sociobiodiversidade foram emitidas um total de 16.117 DAPs extrativistas como mostra a Tabela 1.

(2) O Conselho Nacional dos Povos Extrativistas (CNS) e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) foram cadastrados como emissores de DAP.

Tabela 1 – DAPs emitidas até dez/ 2010.

UF	QTD_DAP EXTRATIVISTA
AC	2.810
AM	2.697
AP	1.336
CE	177
MA	8.188
MT	109
PA	15.849
PI	278
RO	335
TO	151
Total	31.930

Fonte: MDA/SAF/Banco de dados DAP

2. Emissão de REBs

INDICADOR	ATÉ DEZ/2009	ATÉ DEZ/2010
-----------	--------------	--------------

(3a) Foi publicada por tempo determinado de 2 anos a Relação de Extrativistas Beneficiários (REB) de Unidades de Conservação de uso sustentável para fins de DAP que permitirá que os extrativistas relacionados acessem políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares, com exceção do crédito, e será emitida pelos órgãos gestores de Unidades de Conservação (Diário Oficial do dia 30 de novembro a Portaria nº 62, do Ministério do Desenvolvimento Agrário).

(3b) Os beneficiários das 08 UC's (Tabela 2) correspondem as Flonas Amapá, Caxiuanã, Jacundá, Jamari e as RESEXs Ciriaco, Extremo Norte do Estado do Tocantins, Mandira e Riozinho do Anfrísio.

Tabela 2 – Beneficiários de REB em Ucs.

Categoria da UC	Nome da UC	Beneficiários	Total
FLONA	Amapá	3	6
	Caxiuanã	-	
	Jacundá	-	
	Jamari	3	
RESEX	Ciriaco	191	433
	Extremo Norte Est. Tocantins	221	
	Riozinho do Anfrísio	21	
Total			439

Fonte: ICMBio/MDA (DEZ/10)

3. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

INDICADOR	2009	2010
R\$ aquisição de produtos da sociobiodiversidade ⁴	R\$ 5.998.875,30 (R\$ 3.1 milhões castanha do Brasil)	R\$ 10.235.666,24
No. agricultores beneficiados	1876	3389

Fonte: CONAB/DIPA/SUPAF/GECAF

(4) No âmbito do PAA, em 2009 e 2010, as aquisições de produtos da Sociobiodiversidade, contemplam 5265 agricultores familiares em todo Brasil, foram comercializados um total de 10314 toneladas de produtos da sociobiodiversidade que correspondem a R\$ 20213014,74 com recursos do MDS e MDA. Para a Castanha do Brasil e Babaçu os valores estão na Tabela 4.

Tabela 4 – Operações em 2009 e 2010 para Castanha do Brasil e Babaçu.

Produto	Quantidade (t)	Valor das Aquisições (R\$)	No. agricultores	Quantidade (t)	Valor das Aquisições (R\$)	No. agricultores
		2009			2010	
Castanha do Brasil	3064	3157923,9	783	1902	2211189,38	515
Castanha de Babaçu	1,8	8830	3	18,9	115325	31
Azeite de Babaçu	1,7	7950	2	15,7	131239	35
Coco Babaçu	-	-	-	4,2	14268	4

Total	3067,5	3174703,9	788	1940,8	2472021,38	585
--------------	---------------	-----------	------------	---------------	-------------------	------------

Fonte: CONAB/DIPAI/SUPAF/SUGOV.

4. Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)

INDICADOR	2009	2010
Pagamento em subvenções ⁵	R\$ 1.069.000,00	R\$ 2.757.000,00
Espécies com preço mínimo definido ⁶	7	10

(5) A operacionalização das subvenções pela CONAB iniciou-se no final do mês de abril, com o Lançamento do Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade. Até dezembro/2009 foram realizados pagamentos no valor de R\$ 1.069.000,00, relativos às subvenções para amêndoa de babaçu, borracha natural e Castanha-do-Brasil. Foram subvencionadas cerca de 944 toneladas, contemplando 3.508 famílias.

(6) A safra 2009/2010 foi composta pelos seguintes produtos com PGPM: Borracha, castanha, babaçu, açaí, pequi, piaçava, carnaúba (produtos iniciais), baru, mangaba e umbu (novos produtos)

Tabela 5 - Pagamento da Operações de Subvenção aos Extrativistas 2009 e 2010.

Produto	Quantidade (t)	Valor das Aquisições (R\$)	Quantidade (t)	Valor das Aquisições (R\$)
		2009		2010
Borracha	444	801000	638	1145000
Babaçu	312	183000	1485	872000
Castanha do Brasil	188	85000	983	558000
Piaçava	-	-	262	182000
Total	944	1069000	3368	2757000

Fonte: CONAB

5. Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE

INDICADOR	2009	2010
Convênios para alimentação escolar firmados ⁷	1 projeto com âmbito em 9 estados do nordeste	R\$ 4.057.641,43
Projetos aprovados ⁸	-	2 Região Norte
Nº de beneficiários (famílias)	3.868	1.500

(7a) Projeto Nutre Nordeste: convênio entre Agendha e SAF/MDA, no valor de R\$ 4.057.641,43 (MDA: 3.832.831,43). O convênio por objetivo Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, junto a Associações e Cooperativas de Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar, visando à comercialização de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. A área de abrangência envolve 339 municípios em toda a região destes há 10 pólos fornecedores/produtores e 11 pólos consumidores, em 9 estados da região nordeste. Execução: 23 meses (começou em maio de 2010). Nº de beneficiários: 3.868 famílias.

(7b) Projeto Nutre Norte (AM e PA): PA foi contratado. No Pará a instituição contemplada é denominada Instituto Flora Nativa e esse projeto beneficiará 1500 famílias. A chamada realizada no estado do Amazonas, nenhuma instituição apresentou proposta.

6. Rede de Serviços

INDICADOR	2009	2010
Rede de serviços ⁸	Constituída	Em funcionamento – 2 encontros não realizados
Portal do PNPSB elaborado e em funcionamento ⁹	Elaborado	28.843 visitas 411 associados Curso virtual em políticas públicas de acesso a comercialização (PAA, PGPM, PNAE e PRONAF)

(8) A Rede de Serviços para produtos da sociobiodiversidade visa dar o apoio aos empreendimentos dos PCTAFs com vistas a solucionar os principais gargalos identificados. O encontro de constituição ocorreu nos dias 26 e 27 de agosto de 2009, em Brasília. Participaram representantes de instituições governamentais e não-governamentais que atuam na prestação de serviços de apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) nos diversos elos da cadeia produtiva.

(9) O Portal da Sociobiodiversidade é um ambiente virtual que está sendo adaptado e aprimorado, com o apoio da GTZ, para responder à necessidade de articular e integrar conhecimentos, habilidades e experiências existentes nas diversas instituições e localidades, e visando uma melhoria no alcance dos resultados de todas as organizações envolvidas no processo e para o público beneficiário do PNPSB, com base no MDA, no Portal da Cidadania.

7. Negócios em Feiras e Eventos

INDICADOR	ATÉ DEZ/ 2009	ATÉ DEZ/ 2010
R\$ Negócios realizados em feiras ¹⁰	R\$ 1,6 milhão	R\$ 1,7 milhão

(10a) Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Rio de Janeiro, 07 a 12/10/09. Dos produtos da sociobiodiversidade comercializados na FENAFRA, além da castanha do Brasil e babaçu, destacam-se ainda produtos derivados da borracha natural, polpas, geléias, doces e licores de frutos, cocos e castanhas (cupuaçu, umbu, açai, pequi, buriti, jatobá, baru, licuri). O montante total de comercialização para estes produtos foi de R\$300.000,00.

(10b) Os negócios realizados pela Iniciativa Caatinga Cerrado e a Sala Andes Amazônia totalizaram R\$ 1 milhão e 300 mil, em 2009.

(10c) 2010 – Lançada a Praça da Sociobiodiversidade como espaço de promoção comercial (FENAFRA). Em 2010, foram comercializados diretamente no evento R\$ 1.700.549,00 na Exposustentat e Biofach. As outras feiras, **Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Feira de Porto Alegre, Bio Brasil, Salão do Turismo não há registro das operações realizadas.**

8. Marco Legal

INDICADOR	2009	2010
Marco legal da Castanha-do-Brasil ¹¹	constituído	

Manuais de Boas Práticas de Manejo	Em elaboração castanha do Brasil e coco babaçu	
No. titulações emitidas pa PCTAFs ¹²	3818 titulações	Não atualizado

(11a) Acompanhamento da construção dos critérios para aflatoxina junto ao GT Anvisa para *Códex Alimentarius* – documento em análise e acompanhamento da definição da legislação fito-sanitário para cadeia da castanha do Brasil com o Mapa;

(11b) Em elaboração manuais de boas práticas de manejo das 10 espécies extrativistas da PGPM numa ação articulada com Serviço Florestal Brasileiro, Secretaria de Biodiversidade de Floresta e MAPA.

(12) As 3818 titulações foram realizadas em 34 municípios, destas 8 em estados do Plano nacional (MA, PA, RN) beneficiando 1140 famílias.

FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL / CADEIAS NOS ESTADOS (NIVEL MESO)

9. Estados e Municípios Envolvidos

INDICADOR	2009	2010
Estados e municípios envolvidos ¹³	10 estados, 237 municípios.	

(13) Os envolvidos na Cadeia do Coco Babaçu são 4 estados (CE, MA, PI e TO), 157 municípios e nos da Cadeia da Castanha-do-Brasil são 6 estados (AM, PA, MT, AP, AC e RO), 80 municípios.

10. Espaços de Governança Estadual

INDICADOR	2009	2010
Espaços de governança organizados ¹⁴	Gts e câmaras técnicas estaduais em formação em 05 estados – Castanha do Brasil	Estados do Babaçu – se organizaram.
Câmara Nacional da Sociobiodiversidade		Tramitando Portaria Interministerial que cria a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade

(14) Dez estados pactuaram ações no âmbito do PNPSB, seis com a cadeia da Castanha-do-Brasil e quatro com a cadeia do Babaçu. Dos seis estados que corresponde à cadeia da Castanha-do-Brasil, três formalizaram os espaços de discussão do tema, sob as diferentes denominações, tais como: Câmara Setorial de Produtos da Sociobiodiversidade (SDS) no Amazonas, Comissão Estadual de Extrativismo (IDEFLOR/SAGRI) no Pará, e Câmara de Produtos Extrativistas da Sociobiodiversidade (SDR/ MT Regional) no Mato Grosso. Dois estados estão em fase de discussão, tais como o Amapá (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável) e o Acre. Os estados que correspondem à cadeia do Babaçu optaram pela criação de GTs e somente o Estado do Tocantins criou a Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade - CTPS no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS.

11. Capacitações

INDICADOR	2009	2010
Beneficiados em capacitações PAA, PGPM, CdV ¹⁵	13.788 pessoas	7.035 pessoas

Beneficiados em capacitações a distancia (via portal)

400 inscrições, 165 selecionados,
110 aprovados (13/ set/10)

(15a) Oficinas de Capacitação PAA para potencializar a participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Até setembro de 2009, foram capacitadas nos estados prioritários do Plano Nacional da Sociobiodiversidade (AM, AP, PA, CE, MA, MT, PI, RO e TO) **15.232 pessoas**.

(15b) Oficinas PGPM: palestras realizadas para a subvenção direta e mobilização dos beneficiários. Em diversas regiões. Realizadas pela CONAB, desde janeiro de 2009, em 88 municípios, com 25 pessoas/reunião, totalizando aproximadamente **2.200 pessoas** instruídas a operacionalizar a PGPM-Bio, nos seguintes Estados: PA, AM, RO, AC, MT, MA, TO e RR.

(15c) Oficinas PNAE: foram realizadas pela SAF/MDA e envolveram cerca de **3000 pessoas**, entre agricultores familiares, gerentes de cooperativas, gestores públicos e técnicos, em 44 oficinas de capacitação em 2009/2010. Destas 6 foram realizadas com extrativistas. Em 2010, o PAA promoveu a capacitação de **4035 pessoas**.

(15d) Em 2009, o MMA em parceria com a GTZ realizou 11 cursos em Cadeia de Valor (Value Links-B), com 275 participantes, entre gerentes, gestores públicos e técnicos; 06 oficinas para a castanha do Brasil com 300 pessoas; 01 oficina para a cadeia do Babaçu e mais 8 oficinas para outras cadeias (açaí, copaíba e andiroba, pequi, piaçava, buriti, borracha, carnaúba). Realizou 6 oficinas de capacitação para o PAA. As oficina de PGPM capacitaram 28 pessoas.

(15e) O MDA realizou no período entre 13/09 e 13/12 o curso de Capacitação virtual de Políticas Públicas de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade por meio do Portal da Sociobiodiversidade na modalidade à distância e semi presencial. O curso teve como objetivo geral capacitar profissionais da Rede de Serviço do PNPSB, incluindo: organizações de ATER, instituições de capacitação, pesquisa, fomento e crédito para operacionalização de atividades que visam o fortalecimento das cadeias de valor do coco babaçu e da castanha-do-brasil. As políticas públicas contempladas pelo curso foram: PRONAF, PAA, PNAE e PGPM – Bio.

12. Projetos de Apoio as Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade

INDICADOR	ATÉ DEZ/ 2009	ATÉ DEZ/ 2010
R\$ em projetos extrativistas ¹⁶	R\$ 5.8 milhões, 29 projetos	
R\$ Projetos de apoio interministerial ¹⁷		R\$ 10.100.999,44

(16a) No MMA: R\$ 1,5 milhão pela carteira de projetos do MMA atendendo 20 projetos; R\$ 400.000,00 Pinhão/FuapePR; CNS R\$ 250.000,00, MIQCB R\$ 250.000,00 (apoio emissão de DAPs).

(16b) No MDA: 3 projetos totalizando R\$ 1.622.283,00, envolvendo 80 empreendimentos e 2.690 pessoas. Estes são: (i) CAAM: R\$ 453.498,00, sob o título Metodologia Assistência técnica para gestão produto e mercado, tendo 40 empreendimentos como beneficiários; (ii) Casa verde R\$504.499,00 sob o título Metodologia Assistência técnica para gestão produto e mercado, tendo 40 empreendimentos como beneficiários; (iii) Casa verde R\$ 664.286,00 sob o título Capacitação e gestão em rede para fortalecimento do empreendimento socioeconômico familiar do cerrado. Beneficiários 2.690 pessoas. Projeto pinhão com Ecoserra- SC, valor de R\$ 200.000,00 e com APTO – TO, babaçu no valor de R\$ 200.000,00.

(17) Os projetos de cooperação técnica interministerial totaliza R\$ 10.100.999,44, sendo MMA 3.136.499,44 acordo de cooperação do PNPSB 2009 e APLs; MDA 2.000.000,00 (2010) apoio

a gestão do PNPSB??; MDS:2.832.500,00 apoio a 16 APLs Terra Legal: 1.132.000,00 apoio a 04 instituições para mapeamento de territórios ocupados por PCTAFs na Amazonia legal.

ANEXO 2: Planilha de Monitoramento 2009/2010

PLANO DE AÇÃO PRIORITÁRIO PARA CASTANHA-DO-BRASIL E COCO BABAÇU - PNPSB - 2010

Gargalo 1 – Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito)

Ações	Atividades 2009	Encaminhamentos	Limitações	Potencialidades	Obj.	Meta 2010	Atividades 2010	Responsável	Quando
1.1. Criar uma Rede de Serviços para Castanha-do-Brasil e Coco Babaçu com ênfase no atendimento aos PCTAFs	a) Rede de Serviços constituída, encontro realizado em Brasília-DF em 26 e 27/08/2009; b)identificar os pontos a serem trabalhados na Cadeia de Valor do Coco Babaçu; c) aperfeiçoar o ambiente do Portal da Sociobiodiversidade para estimular a comunicação.	Em processo de aperfeiçoamento ambiente no Portal para estimular a comunicação.	não consolidado (sem agenda); equipe técnica insuficiente	lei permitindo contratação de serviços;	Tornar os serviços e apoio aos extrativistas eficientes (ATER, fomento, crédito)	Ter a rede de serviços consolidada com agenda que atenda os temas prioritários do PNPSB com 2 encontros presenciais em 2010	Organizar a realização de duas reuniões presenciais da Rede	José Batista	maio e outubro
							Organizar e realizar 2 cursos com técnicos da rede de serviços: 1 em DOP e 1 em Produtos e Mercados (políticas públicas; certificação, boas práticas)	José Batista / Mônica Batista - Apoio Gtz	março (elaboração e desenho do curso) e 2o semestre de 2010
			rede de serviços atua como multiplicador (ex: no gargalo 2)	Identificar, organizar e disponibilizar à Rede de Serviços materiais ligados aos temas prioritários;		José Batista / Mônica Batista - Apoio Gtz	abril		
				Capacitar em Gestão de Empreendimentos 80 empreendimentos em 4 projetos		Elaborar e apresentar proposta de chamada/edital específica para os estados prioritários do PNPSB	José Batista / Mônica Batista - Apoio Gtz	fevereiro	
				PNAE agenda			José Batista / Mônica Batista/Oraid a- Apoio PAA	fevereiro	

1.2. Adequar infra-estrutura e quadro técnico necessário para a prestação dos serviços, principalmente o de ATER	Pendente pois está condicionado a aprovação da Lei de ATER	aguardando trâmite no Congresso Nacional	lei não regulamentada; equipe técnica insuficiente	chamadas para instituições da rede de serviços; parceria MDS e BNDES					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.3. Promover a divulgação e apoiar o acesso às políticas públicas, principalmente as de apoio a comercialização (PAA, PGPMBio, PNAE, Pronaf) e de crédito para os empreendimentos de castanha-do-brasil e coco babaçu.	a) Realizadas duas Oficinas no âmbito do Projeto de Assessoria em Gestão Produto e Mercado para técnicos de ATER atuando junto a 42 empreendimentos na região nordeste e 40 empreendimentos do Bioma Cerrado (novembro e setembro de 2009); b) realizadas 50 Oficinas de divulgação do PAA E PNAE; c) reunião de trabalho com representantes do movimento social e outros órgãos do governo para discussão da DAP para populações tradicionais; d) reunião no MDA para traçar uma estratégia de comunicação para o Plano Nacional; e) reunião com CONAB para discutir comunicação conjunta. Alteração do texto do Manual de Crédito Rural e do Manual de Política Agrária.	Aguardando relatório para avaliar alcance e montante de recursos utilizados. Convenio em tramitação. 6 Oficina de PGPM com agencias implementadoras.	equipe técnica insuficiente	ação bem articulada PAA, PNAE, PGPM					
---	--	--	-----------------------------	-------------------------------------	--	--	--	--	--

1.4. Ampliar, qualificar e coordenar os serviços de ATER e de apoio à organização produtiva.	Parcerias com MMA: a) Capacitação em Value Links; b) planejamento de capacitação via Rede Temática PMD. c) eminência de reunião com DATER	Agendar para	ação da rede de serviços; equipe técnica insuficiente						
1.5.Promover ampla campanha de documentação para PCTAFs (RG, CPF, DAP)	Existem ações no MDA (TERRA LEGAL, PPIGRE)		não saber quem e quantos foram beneficiados;			Garantir documentação básica para PCTAFs dos municípios priorizados no PNPSB	Reunir com o Terra Legal, PPIGRE e outras iniciativas para realizar eventos de documentação básica;	José Batista/Mônica Batista	março
						Emitir 10 mil DAPs aos extrativistas dos municípios priorizados no PNPSB	Apoiar e acompanhar o MIQCB e CNS na emissão de DAPs extrativistas	José Batista/Mônica Batista	2010
			Não articuladas com o PNPSB; equipe técnica insuficiente				Articular e apoiar eventos de emissão de DAPs extrativistas	José Batista e Mônica Batista	2010
1.6. Criar um sistema de gestão do conhecimento e socialização das informações sobre castanha-do-brasil e coco babaçu	Estruturação do Portal da Sociobiodiversidade		em fase de construção;	disponibilidade de informações		Ter Implementado o Portal como instrumento de comunicação da rede de serviços	Realizar reuniões de atualização do processo, de adequações e aprovação da proposta final do portal na Coordenação;	Secretaria Executiva, GTZ - Ladjane	01/02 - atualização e 08/02 - aprovação da coordenação
							Realizar contratação de pessoal para gerenciar portal e animar a Rede de Serviços	José Batista / Apoio Gtz	fevereiro
			equipe técnica insuficiente				Realizar ações de divulgação do Portal no âmbito da Rede e parceiros do PNPSB	Mônica Batista / Apoio Gtz	22/mar

Gargalo 2 - Baixa capacidade organizativa da cadeia

Ações	Atividades 2009	Encaminhamentos	Limitações	Potencialidades	Obj.	Meta 2010	Atividades 2010	Responsável	Quando
2.1 Elaborar e implementar um plano de melhoria da gestão das organizações produtivas da cadeia.	i) Foi iniciada articulação com o SEBRAE Nacional.	i) SEBRAE - Fará articulação junto às unidades estaduais com a perspectiva de verificar a viabilidade de atuar no desenvolvimento de competências gerenciais para os grupos em estágio mais avançado de organização.	pouca sensibilidade para atuar com nosso público;	capilaridade	Obj2: Fortalecer a capacidade organizativa das cadeias prioritizadas	Implementar 12 planos de melhoria de gestão em organizações/empreendimentos prioritários	definir estratégia para os planos de melhoria de gestão, negociar com parceiros a implementação da estratégia de gestão;	Milton Nascimento/ Gustavo Assis	
			não há estratégia definida para melhoria da gestão				vincular com objetivo 1 (DOP)		
	ii) Foi iniciada articulação com a CÁRITAS NACIONAL , com Ademair Bertucci.	ii) CÁRITAS NACIONAL - Se propôs a atuar junto aos grupos mais isolados e com menor grau de organização. Inicialmente foi negociada atuação nos estados MA, PA, CE e AM.	organização da base social é baixa	diretor novo buscar outros parceiros (Ministério da Integração Nacional);					

	iii) Foram realizadas oficinas com UNIVERSIDADES e INSTITUTOS FEDERAIS buscando o envolvimento das respectivas pró-reitorias de extensão.	iii) UNIVERSIDADES e INSTITUTOS FEDERAIS - Estão mobilizados para atuar nos estados que aderiram ao Compromisso Nacional para o Desenvolvimento Social agregando esforços para a promoção de ações de inclusão sócio produtiva. Será realizada a descentraliza	finalizando tramitação para transferência de recursos: restrito aos estados que aderiram ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social	incubadoras de empreendimentos nas universidades federais					
2.2 Criar mesas de dialogo entre os atores da cadeia produtiva		verificar a possibilidade de redistribuir esta ação			Facilitar o processo de fomento no âmbito da Coordenação do Plano Nacional		Escrever, apresentar e levar a aprovação da coordenação a proposta de minuta da Câmara Nacional;		
						Instalar a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade e promover 2 encontros de seus membros em 2010	Participar de capacitação no MAPA sobre operação de câmaras;		
							Promover reuniões de integração com as câmaras do MAPA;		
							Organizar a realização de 2 reuniões semestrais da camara nacional		
						Apoiar a criação/consolidação de 10 câmaras estaduais	Definir agenda federal com estados para apoio as câmaras estaduais;		
							Organizar a realização do encontro com pontos focais dos estados em Brasília;	Apoio GTZ Luciana	fev/2009
						Implantar 1 sistema de monitoramento e sistematização do PNPSB	Realizar reunião preparatória para a reunião/oficina de monitoramento com Denkmodell		

							Realizar reunião/oficina para definir o sistema de monitoramento do Plano Nacional com Denkmodell	Apoio GTZ Luciana	16 e 17/03
2.3 Fomento à criação e regularização de associações, cooperativas e centrais.(obs: Fica sob demanda)	i) Foi iniciada articulação com o <u>SEBRAE</u> Nacional.	i) <u>SEBRAE</u> - Fará articulação junto às unidades estaduais com a perspectiva de verificar a viabilidade de atuar no desenvolvimento de competências gerenciais para os grupos em estágio mais avançado de organização.		oficinas de capacitação em políticas públicas orientam necessidade desta regularização					
	ii) Foi iniciada articulação com a <u>CÁRITAS NACIONAL</u> , com Ademar Bertucci.	ii) <u>CARITAS NACIONAL</u> - Se propôs a atuar junto aos grupos mais isolados e com menor grau de organização. Inicialmente foi negociado atuação nos estados MA, PA, CE e AM.							
	iii) Foram realizadas oficinas com <u>UNIVERSIDADES e INSTITUTOS FEDERAIS</u> buscando o envolvimento das respectivas pró-reitorias de extensão.	iii) <u>UNIVERSIDADES e INSTITUTOS FEDERAIS</u> - Estão mobilizados para atuar nos estados que aderiram ao Compromisso Nacional para o Desenvolvimento Social agregando esforços para a promoção de ações de inclusão sócio produtiva. Será realizada a							

		descentraliza							

Gargalo 3 - Baixa oferta de produto com qualidade

Ações	Atividades 2009	Encaminhamentos	Limitações	Potencialidades	Obj.	Meta 2010	Atividades 2010	Responsável	Quando
3.1. Elaborar e implementar critérios para boas práticas para a produção da castanha-do-brasil e coco babaçu segundo ANVISA.	3.1.1 Definição apoio representante pesquisa para a Castanha – Agenda EMBRAPA	Agenda realizada			Obj3: Aumentar oferta de produtos com qualidade	Elaborar 1 manual de boas práticas para cada cadeia prioritária (castanha e babaçu (coleta, processamento)	preparar e difundir os manuais	Hétel	
	3.1.2 Acompanhamento e intermediação no diálogo da construção da legislação para a cadeia da castanha no Mapa e no GT de contaminantes da ANVISA	Documentos em fase sistematização	processo lento de regulamentação;	publicação Lei Nacional de Organização Cadeia Produtiva; recuperação mercado europeu					
			não aprovação código;						
			solicitação de ajustes demorada						

	3.1.3 Acompanhamento da construção site SFB referente a 20 espécies. Inclusão das 10 espécies da PGPM. MAPA edital para contratação do que faltava	Disponibilização prevista para jul/2010	SFB - não concluir o processo	orientações rede de serviços para público geral					
	3.1.4 Organizar agenda de trabalho com Plácito/PNUD (MT) e Lúcia (Embrapa), incluindo MAPA/ANVISA para construção manual boas práticas.	Publicação e capacitação sendo articulada com estados (AM e AC) e com CNS							
3.2. Definir certificação e/ou SPG – sistema participativo de garantia da castanha-do-brasil e coco babaçu	Articular agenda com GTA e acompanhar proposta Programa de Rotulagem – MMA/MDIC	Deixar para segundo momento	não ter contratação	contratação 2 consultores para definição critérios		Lançar selo da sociobiodiversidade na Feira Agricultura Familiar; definir SPG	definir critérios e elaborar proposta; definir estratégia de diálogo com diversos setores; estimular participação das organizações nos editais que visam preparar certificação orgânica	Hétel	
3.3. Adequar laboratórios para análise de qualidade da castanha-do-brasil próximos das regiões produtoras.	Tratar o ponto 3.1 junto com 3.3 - Bilateral Embrapa AC/Nacional/Anvisa/Rede de Serviço - articulação em andamento	Tratar o ponto 3.1 junto com 3.3 - Bilateral Embrapa AC/Nacional/Anvisa/ Rede de Serviço - articulação em andamento	recursos necessários não garantidos pela Anvisa	apoio ao laboratório por descentralização de recursos federais; parceria entre MDS e BNDES		Ter, pelo menos, 1 laboratório em funcionamento no norte até o final de 2010	Retomar diálogo com Embrapa e Anvisa; definir local	Hétel	

3.4. Apoiar infra-estrutura para produção de castanha com qualidade respeitando os aspectos legais.	Articulação BB/SEBRAE/Rede de Serviço/SFB - BNDES? Ver agenda com Embrapa (secador solar) e SEBRAE (produção de mudas - unidade demonstrativa); Ecodata Capacitações em agroextrativismo)	Fazer levantamento demanda cooperativas, usinas e empreendimentos (material Rocio);	recursos financeiros e pessoal	atores sensibilizados, recursos financeiros, disponibilidade de modelos tecnológicos; parceria entre MDS e BNDES				Alan, Hétel e Rodrigo Noletto	
---	---	---	--------------------------------	--	--	--	--	-------------------------------	--

3.5 Definir modelos tecnológicos de quebra de coco babaçu acordados com as quebradeiras	Discussão sobre criação de um GT para subsidiar um Seminário sobre Tecnologias de Quebra do Coco Babaçu. Pactuação entre atores envolvidos. a) realizar seminário sobre tecnologias de processamento do coco babaçu; b) constituir um Grupo de Trabalho, anterior ao seminário, para discussão das tecnologias existentes; c) promover visitas desse grupo de trabalho a locais com experiências de processamento do coco babaçu, antes e depois do seminário; d) identificar os motivos para a não utilização do coco inteiro, elaborar, definir e promover uma campanha de aproveitamento do coco de babaçu de forma integral e de consumo de seus produtos; e) definir critérios, segundo MAPA e ANVISA para os produtos do coco babaçu para a divulgação desses critérios e a promoção de capacitações.		não aceitação pelo grupo em geral das propostas; falta de definição de modelos e de recursos financeiros	disponibilidade de agentes financeiros dispostos a participar do processo; parceria entre MDS e BNDES; cooperação entre MDS e MCT		Ter 12 unidades de produção adequadas/implementadas até o final de 2010	vincular com objetivo 2 (gestão); definição de critérios para seleção das 12 organizações; definição dos modelos tecnológicos		
---	---	--	--	---	--	---	---	--	--

3.6 Promover a implantação de agroindústrias de base familiar para o aproveitamento integral do coco babaçu	a) Discussão com a Rede de Serviços e Banco do Nordeste; crédito e fomento a projetos	Articulação do MMA em andamento com o Banco do Nordeste.		disponibilidade de agentes financeiros; disponibilidade de instrumento de repasse				Alan, Hétel, João	
	b) Definir no MMA estratégia e agenda de fomento. c) discutir com a Rede de Serviços a assessoria ao público alvo para a elaboração e implantação de projetos com viabilidade sócio-econômica e ambiental	Convenio com o estado do Maranhão em andamento.						Haroldo, Hetel	

Gargalo 4 - Acesso a Mercados

Ações	Atividades 2009	Encaminhamentos	Limitações	Potencialidades	Obj.	Meta 2010	Atividades 2010	Responsável	Quando
4.1. Elaborar planos de negócios para os produtos da castanha-do-brasil e do coco babaçu incluindo: estratégia de marketing; acesso a mercados institucionais, diferenciados e convencionais; logística e armazenagem; e um sistema integrado de informações de oferta e demanda	Inserir no Portal da Sociobiodiversidade informações sobre estudos de mercado, viabilidade econômica e informações técnicas. Para logística e armazenagem: apoio na montagem de redes de comercialização com fomento à adoção de tecnologias apropriadas e boas práticas. Para estratégia de MKT: feiras MDA (agricultura familiar, biofach, biobrasil, exposustentat)	Estabelecer agenda com parceiros para montar estratégia nacional. Contratação de um consultor que desenvolverá um trabalho com apoio do Sebrae. Para logística e armazenagem: identificar tecnologias apropriadas que atendam a escala de produção e sugerir o acesso.	contratação de consultor	contratação em andamento	Obj4: Apoiar comercialização e acesso aos mercados	Ter 2 planos de negócios, 1 para cadeias da castanha e 1 para babaçu até final de 2010	definir logística, marketing, infraestrutura; vincular com objetivo 3 (infraestrutura)		
						Contratar Consultor para elaborar os Planos de Negócio	Conab	abr/2009	
4.2. Promover o acesso às políticas públicas de apoio a comercialização (PGPM, PAA, PRONAF, etc)	Estudos, análises de mercado e disponibilização de informações técnicas. a) dar continuidade a capacitação e divulgação do PAA e PGPMBio junto aos agricultores familiares e extrativistas; b) dar continuidade ao Plano de Implantação das Políticas Operacionalizadas pela CONAB (PAA e PGPMBio) nas UC's de Uso Sustentável para capacitação dos gestores e lideranças em parceria com o ICMBio; c) realizar capacitações / oficinas	Capacitação e divulgação para 28.668 agricultores familiares e extrativistas em todo Brasil. 6 oficinas PGPM com agências implementadoras.				Disponibilizar estudos, análises de mercado (conjunturas mensais) e informações técnicas sobre produtos extrativistas a partir de 2010.	Disponibilização de estudos, análises de mercado (conjunturas mensais) e informações técnicas.	Ianelli	mar/2010
						Dar continuidade às capacitações e divulgações do PAA e PGPMBio: junto aos agricultores familiares e extrativistas; nas Ucs de uso	Realização das oficinas programadas pelas Superintendências Regionais da Conab.	Kelma	2010
						Acompanhar a implantação do Plano nas UC's, realização de novas oficinas nas UC's, planejadas pelo ICMBio/MMA.	Ianelli	2010	

	sobre PAA Net e divulgar informações sobre PGPMBio nas 06 regionais do MIQCB.				sustentável, em parceria com ICMBio; nas 6 regionais do MIQCB até final de 2010.	Realização das oficinas programadas pelas Superintendências Regionais da Conab.	Kelma	Até 06/2010
				trabalho em desenvolvimento	Inserir 7 novos produtos na pauta da PGPM até final de 2010.	Realização de levantamento de custos de produção para novos produtos da sociobiodiversidade	Conab	mar/2010
4.3. Criar padrões de classificação e coeficientes técnicos para produtos de castanha-do-brasil e do coco babaçu	Coordenação e acompanhamento do processo de elaboração da norma de padrão dos co-produtos, de acordo com a Portaria Mapa nº 381	aguardar publicação de portaria que se encontra na procuradoria jurídica do MAPA, para análise. Padroes definidos. A portaria precisa ser atualizada. Padroes precisam ser certificados pelo inmetro. Babaçu: Reunião dia 02/12 com consultor do Plano da Sociobiodiversidade (Babaçu) a fim de iniciar o processo. / Após reunião, estão sendo dados os encaminhamentos necessários para a padronização do mesocarpo de babaçu. Obs: falta fazer Nota Técnica solicitando as duas padronizações; falta envio de material (tecnicos e científicos) para acompanhar a Nota Técnica.	cronograma MAPA	informações disponíveis	Definir padrões de classificação dos produtos priorizados até final de 2010	criar padrão para babaçu (azeite, mesocarpo); Realização de Nota Técnica solicitando a criação.	Ianelli	mar/2010
						acompanhar a revisão dos padrões da castanha;	Humberto	
						capacitação dos classificadores via rede de serviços;		
						vincular com objetivo 2 (SPG) e com 1 (portal)		
					Criar identidade (marca/selo) para os	1 - Levantamento de iniciativas existentes	Helene e Bruno	3/10/2010

	produtos da sociobiodiversidade até junho de 2010. (vincular com objetivo 2)	2 - Construção da proposta	Helene e Bruno	4/10/2010
		3 - Workshop de apresentação, discussão e validação	Helene e Bruno	5/10/2010
		4 - Proposta final	Helene e Bruno	30/05/10
		5 - Lançamento (junho – Feira Agri. Fam.)	Equipe técnica do plano + Haroldo e Friederike	30/05/10
	Promover ações de diálogo com o setor empresarial através de 3 feiras nacionais, 2 encontros empresariais, 2 informativos e 2 parcerias com empresas	1 - Construção da praça da biodiversidade para as feiras (três)	Hétel, Zé, Haroldo e Friederike	10/mar
		2 - Dois encontros do fórum empresarial e 2 informativos	Haroldo e Friederike + Coordenação	05/10 e 09/10
		3 - Um plano de negocio das cadeias da sociobiodiversidade	Haroldo e Friederike + GTZ	até 09/10 – Exposustentat
		4 - Apoiar a implementação de duas PSE junto com a GTZ nos APLs	(Haroldo e Friederike + GTZ - 03/10 e 11/10)	
		5 – Integrar/apoiar agenda do MDA com Mtur		
		6 – Banco de Dados e catalogo dos empreendimentos sustentaveis	Rocio	ate 05 abril/Amazon Your Bussines

Gargalo 5 - Acesso e Vulnerabilidade dos estoques Naturais									
Ações	Atividades 2009	Encaminhamentos	Limitações	Potencialidades	Obj.	Meta 2010	Atividades 2010	Responsável	Quando

5.1. Acelerar a criação e regularização das unidades de conservação de uso sustentável, assentamentos e territórios ocupados por PCTAFs	5.1.1 - Agenda SPU/MPOG elaboração portaria transferindo terras sob seu domínio de UC para MMA (ICMBIO). Babaçu: a) agenda coordenada pela DEX/MMA para priorização da criação e regulamentação das RESEX em andamento; b) reunião com o INCRA para conhecer o "estado da arte" e definir estratégias para a criação de assentamentos agroextrativistas de uso sustentável e divulgação da existência destas modalidades; c) reunião com ICMBio para estimular a criação de APA's; d) organização de um fórum de discussão sobre questão fundiária e uso do babaçu.	Portaria Tramitando SPU: determina em caráter expresso a concessão de direito real de uso (1 no MA)	definições políticas não são implementadas por parte do quadro técnico INCRA	apoio Casa Civil; apoio política Nacional	Obj5: Possibilitar o acesso e diminuir a vulnerabilidade dos estoques	Apoiar o eixo 1 da PNPCT em relação às áreas de castanha e babaçu	qual atividade??	Cláudia Calório/Hétel	
---	---	---	--	---	---	---	------------------	-----------------------	--

	5.1.2 - ICMBIO - Identificação de 8 Resex para receber em caráter "via expressa" receber concessão de Direito Real de Uso. Situação: a) 2 Resex sobrepostas arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA que deverá instruir processos visando cessão; b) 2 Resex. a) reunião no MMA sobre os processos de regularização fundiária; b) reunião com SRA/MDA sobre regularização das terras quilombolas.	Todas precisam de elaboração de portaria SPU/MMA para regularização - Casa Civil acompanhando gestão com INCRA e SPU para passar gestão dessas áreas ao ICMBio para fazer as emissões dos CDRUs - DEX contratando 3 consultores para apoiar trabalho	não saber qual tamanho da demanda nas áreas prioritárias	ACT-Terra Legal; MIQCB, CNS				Cláudia Calório/Hétel	
	5.1.3 Até 11/2009 - foram realizadas 3.818 titulações para comunidades quilombolas, beneficiando 3.818 famílias em 34 municípios. Destes 8 em estados do PNPSB (MA, PA, RN) envolvendo 1.140 famílias	Construção acordo cooperação INCRA/MMA para mapeamento realizado por PCT (CNS e MICB). Titulação de comunidades quilombolas em 6 municípios do MA e 1 no RN beneficiando 672 famílias. Acordo de Cooperação com o Terra Legal para apoio ao MIQCB no mapeamento das famílias que trabalham com babaçu e estão com terras irregulares.						Cláudia Calório	

5.2. Incentivar as boas práticas de manejo sustentável dos castanheais e dos babaçuais	<p>Agenda SFB: boas práticas de manejo, realização de inventário participativo, disponibilização manual de boas práticas. Babaçu: a) Agendas com EMBRAPA, MAPA (Agroecologia – Plano de Manejo), ASSEMA, MIQCB para levantamento de estudos já existentes sobre manejo sustentável para o uso do babaçu; b) reunião com Casa Civil sobre a Lei Federal de Livre acesso aos babaçuais; c) reunião com as secretarias de meio ambiente dos estados sobre índices técnicos para análise de processos de manejo de babaçuais; d) definir estratégias da DEX/MMA sobre pagamentos de serviços ambientais e fomento a planos de manejo; e) atualização dos dados referentes ao tamanho dos babaçuais existentes.</p>	Articulação de capacitações com estado do AM - em andamento. Para babaçu: realizadas conversas com SFB, Ibama, Embrapa Meio Norte para mapeamento dos maciços de babaçu	SFB - não cumprir meta	divulgação para portal, rede de serviços, público em geral		Publicar 2 manuais sobre manejo florestal sustentável de castanha e babaçu e difundir usando a rede de serviços	vincular com objetivo 2 (planos de manejo); e objetivo 1 rede de serviços	Hétel	
							capacitar rede de serviços		
5.3. Realizar inventário participativo de produtos florestais não-madeireiros e determinação do	<p>Agenda SBF: Disponibilização de materiais/inventários; Agenda Embrapa para: definição de índices/coeficientes</p>	Agenda em andamento	demora nas publicações, não articuladas com PNPSB;					Hétel	

estoque potencial de castanha	técnicos, disponibilizar publicações site do CSB e lista de pesquisadores e pesquisa em castanha - EMBRAPA (contribuição Rede de Serviço)		não sabem % de produtos da sociobiodiversidade	público e rede de serviços informados				
5.4. Incentivar o enriquecimento dos castanhais, o plantio em áreas desmatadas e roçados, e o manejo da regeneração em roçados	Agenda SBF <ul style="list-style-type: none"> Levantamento de áreas sob manejo florestal comunitário; Levantamento do estoque potencial de castanha; Índices da produção e para análise de risco (acesso a crédito). 	Agenda em andamento	não cumprimento da agenda acordada com SFB;	agenda cumprida; divulgação no portal SFB e Rede de Serviços			Hétel	
5.5 Promover ações de educação ambiental e intensificar as medidas de controle do desmatamento e das queimadas em áreas de babaçuais	MMA	Agenda com setor responsável no MMA para definição de estratégia a ser adotada.	lentidão dos órgãos fiscalizadores	materiais disponíveis: departamento de educação ambiental no MMA e estados, ICMBio, IBAMA				
5.6 Regularizar a produção e o transporte de carvão a partir do coco babaçu	MMA	Garantir e subsidiar a abordagem do tema nos espaços estaduais.	divergência de interesses	governo do TO já tem uma lei para orientar	Desenhar e publicar marco regulatório ambiental para manejo sustentável e produção de carvão de babaçu até final de 2010			

ANEXO 3: Capacitações PAA realizadas pelo MDA

QUEM ORGANIZOU? Entidade responsável	ONDE? Local	QUEM? Participantes	O QUÊ? Evento	QUANDO? Data
DFDA/MA	São Luís/MA	30 (gestores municipais, conselhos, cooperativas/associações e movimentos sociais da AF)	Curso de Formação Estadual	22/04/10
DFDA/AP e RURAP	Macapá/AP	100 (gestores municipais, nutricionistas, conselhos, cooperativas/associações e movimentos sociais da AF)	Curso de Formação Estadual	14/05/10
DFDA-MDA	Boa Vista-RR	Participaram do curso, durante os dois dias, aproximadamente 50 pessoas entre gestores das secretarias de educação estadual e municipal responsáveis pelo setor de comprar, nutricionistas e representações sindicais da agricultura do estado de Roraima, além de representantes do Incra, Funai e Embrapa no estado.	Curso estadual de capacitação para a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar	08/03a09/03 de 2010
DFDA/AC	Rio Branco/AC	32 (gestores municipais, nutricionistas, conselhos, cooperativas/associações e movimentos sociais da AF)	Curso de Formação Estadual	14 e 15/04/2010
Emater-PB	Campina Grande-PB	Técnicos da Rede na Paraíba	II Encontro da REACAF – PB	15 e 16 de julho de 2010
MDA	Brasília	Articuladores Estaduais das Emateres e demais parceiros na implementação da Lei 11.947/2009	Encontro da Rede Temática nacional de Comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar	março de 2010

ANEXO 4: Ofício 305 CGAL/2010 - MAPA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial



Ofício 305 CGAL/2010

Brasília, 12 de novembro de 2010

Sr. Júlio Cesar Gomes Pinho
Gerente de Agroextrativismo
Coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da
Sociobiodiversidade
CEX/DEX/SEDR/MMA

C/C: Lanagro-MG e Lanagro-PA

Assunto: Laboratório para Análise de Aflatoxinas na região Norte
Ref.: Ofício nº 205/2010/CEX/DEX/SEDR/MMA

Prezado Senhor,


Em atenção ao documento sob referência, lhe informamos que a Secretaria de Defesa Agropecuária tem plena ciência da necessidade da Região Norte em dispor de um laboratório para análises de aflatoxinas em Castanha-do-Brasil, uma vez que a logística de transporte de amostras tem sido empecilho.

O Laboratório Nacional Agropecuário no Pará – Lanagro/PA vem sendo preparado e estruturado para atender esta demanda analítica na região. No entanto, tendo em vista a necessidade de nossas equipes terem também outras demandas a atender, é necessário que tenhamos uma noção clara da demanda apresentada, para que assim possamos gerir os trabalhos e prestar os serviços analíticos da melhor maneira possível. O laboratório tem uma capacidade operacional limitada, sendo-nos necessário alocar estrategicamente pessoal e recursos para tal atendimento.

Os parâmetros necessários para delineamento da demanda são, principalmente, estimativa de quantidade de amostras, periodicidade do envio das amostras, tamanho das amostras e finalidade das análises. É necessário ressaltar que o objetivo do Lanagro/PA, na qualidade de laboratório oficial do MAPA, é a realização de análises para controles oficiais, portanto não sendo possível receber amostras oriundas de auto-controle das empresas e produtores ou outras demandas particulares.

As análises de aflatoxinas em castanha-do-brasil são parte do escopo do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC, o qual monitora por meio de coletas oficiais de amostras a conformidade da produção. Para informações a respeito do PNCRC e do monitoramento de aflatoxinas em castanha-do-brasil, recomendamos contactar a Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC, cujo Coordenador é o Sr. Leandro Feijó.

Atenciosamente,


Jorge Caetano Júnior
Coordenador-Geral
CGAL/SDA

ANEXO 5: Lista de Produtos da Sociobiodiversidade no PAA

PAA/2009		
PRODUTO	VALOR	KG
AMÊNDOA DO LICURI	76.956,00	12.826
AZEITE DE BABAÇU	7.950,00	1.700
CAJÁ	3.499,60	2.692
CASTANHA DE BABAÇU	8.830,00	1.766
CASTANHA DE BARU	24.485,10	2.607
CASTANHA DE CUMBARU	73.500,00	7.350
CASTANHA DO BRASIL	3.157.923,90	3.064.133
CUPUAÇU	34.687,50	29.910
DOCE DE UMBU	66.590,00	13.215
ERVA MATE	69.960,00	174.900
FARINHA DE BARU	41.970,00	2.798
GUARIROBA	6.999,20	2.158
JABOTICABA	126.570,24	64.352
MANGABA	11.759,28	11.307
PAMITO	621.964,70	86.723
PINHÃO	46.612,00	25.878
POLPA DE AÇAÍ	11.344,40	2.528
POLPA DE BUTIÁ	21.320,00	4.100
POLPA DE CAGAITA	405,00	90
POLPA DE CAJÁ	307.716,00	87.275
POLPA DE CUPUAÇU	503.999,36	210.709
POLPA DE MURICI	12.250,00	3.000
POLPA DE PEQUI	38.412,00	8.536
POLPA DE UMBU	332.397,00	83.741
PUPUNHA	12.830,00	17.830
SURUBIM	32.000,00	4.000
TAMBAQUI	97.902,00	21.756
TUCUNARÉ	247.704,50	75.879
URUCUM	337,50	50
TOTAL = 297	5.998.875,3	4.023.809

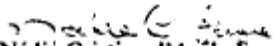
PAA/2010		
PRODUTO	VALOR (R\$)	QUANTIDADE (KG)
AÇAÍ	643.633,77	517.908
AMÊNDOA DO LICURI	96.500,00	18.750
AZEITE DE BABAÇU	131.239,00	15.710
CAJÁ	24.203,78	32.252
CARERU	22.897,40	34.129
CASTANHA DE BABAÇU	115.325,00	18.900
CASTANHA DE BARU	86.086,00	6.622
CASTANHA DE CUMBARU	54.000,00	5.400
CASTANHA DO BRASIL	2.211.189,38	1.902.387
CHICHA	32.073,00	32.073
COCO DE BABAÇU	14.268,00	4.260
COMPOTA DE UMBU	103.500,00	12.213
CUPUAÇU	260.204,50	226.733
DOCE DE BURITI	12.696,00	1.926
DOCE DE JABOTICABA	10.200,00	1.700
DOCE DE UMBU	190.626,50	28.715
ERVA MATE	103.500,00	207.000
FARINHA DE BARU	3.495,00	233
GELÉIA DE UMBU	49.464,00	5.496
GUARIROBA	11.080,00	1.908
JABOTICABA	82.097,18	62.125
JENIPAPO	4.849,50	3.433
MANGABA	46.199,70	29.241
MURICI	1.715,10	960
PALMITO	289.621,48	97.174
PEQUI	12.000,80	15.001
PINHÃO	215.970,50	89.384
POLPA DE AÇAÍ	438.119,68	84.441
POLPA DE ARAÇÁ	54.801,76	14.002
POLPA DE BACURI	99.740,00	228.640
POLPA DE BURITI	65.139,50	16.699
POLPA DE CAGAITA	2.480,00	400
POLPA DE CAJÁ	677.866,01	214.553
POLPA DE CUPUAÇU	931.116,06	197.115
POLPA DE GENIPAPO	331.410,00	130.040
POLPA DE MANGABA	217.174,00	72.772
POLPA DE MURICI	117.764,50	27.909
POLPA DE PEQUI	93.644,50	13.036
POLPA DE UMBU	1.081.161,29	283.509
PUPUNHA	111.069,60	104.382
SORVETE DE MESOCARPO DE BABAÇU	78.900,00	6.575
SURUBIM	29.280,00	6.100
TAMBAQUI	713.673,00	154.547
TUCUNARÉ	336.675,75	102.488
UMBU	10.480,00	13.200
URUCUM	16.535,00	3.754
	10.235.666,24	5.045.795

ANEXO 6: Portaria de criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade no estado do Amazonas

ÓRGÃO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS

PORTARIA/SDS/GS. Nº. 069/2010

A **Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas**, tendo em vista o disposto nas propostas governamentais com vistas ao Plano Nacional de Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade resolve: **Art. 1º** - Criar a Câmara Setorial dos Produtos da Sociobiodiversidade com os seguintes objetivos: I – Analisar tecnicamente as propostas sobre os produtos da sociobiodiversidade. II – Apoiar e participar das ações de fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade. III – Propor e Monitorar as políticas para o desenvolvimento do setor a ela associada. **Parágrafo Primeiro:** Caberá a Câmara propor a criação de comitês técnicos e ou temáticos acerca das cadeias de Valor dos produtos da sociobiodiversidade: Castanha do Brasil, Óleos vegetais, Fibras vegetais, Borracha Natural, Açaí, Fauna Silvestre (meliponicultura), dentre outros; **Art. 2º** - Designar para compor a Câmara Setorial dos Produtos da Sociobiodiversidade os órgãos e entidades abaixo, os quais deverão encaminhar nome de seus representantes, sendo um titular e um suplente: I. – **Representação Governamental:** 1. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM; 2. Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC; 3. Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS; 4. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS; 5. Cooperação Técnica Alemã – GTZ; II - **Representação Não Governamental:** 1. Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; 2. Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; 3. Federação dos Trabalhadores Agrícolas – FETAGRI; 4. Fundação Vitória Amazônica – FVA; 5. Instituto de Desenvolvimento de Conservação do Amazonas Sustentável – FAS; **Parágrafo Único:** Fica a critério da CSPSB a inclusão ou exclusão de órgãos ou entidades, buscando sempre que possível a paridade entre sociedade civil e órgãos de governo. **Art. 3º** - A Câmara Setorial definirá em sua primeira reunião a homologação de seus membros e Regimento Interno. **Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. CERTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, em Manaus 15 de abril de 2010.


Nádia Cristina d'Ávila Ferreira
Secretária de Estado do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

ANEXO 7: Carta da Sociobiodiversidade – Amapá

Carta da Sociobiodiversidade do estado do Amapá

No dia 06 de abril de 2011 nos encontramos na cidade Macapá para conversar, ouvir, discutir e construir propostas acerca dos produtos da sociobiodiversidade no estado do Amapá.

Reflexões sobre o fortalecimento do manejo florestal comunitário e o uso econômico da floresta pelos povos indígenas, extrativistas, quilombolas, pescadores, agricultores e por toda a diversidade sociocultural do estado, foram a força motriz para a construção desta carta, que não carrega apenas pedidos e cobranças, mas sobretudo os sentimentos de pessoas que têm na floresta não apenas a sua fonte de alimento e renda, mas principalmente as suas casas. Sim, para muitos cuidar da floresta é como cuidar da própria casa, organizando e administrando cada recurso da maneira mais adequada, para quando se fizer necessário o seu uso sabermos exatamente onde está, em que estado se encontra e o quanto ainda podemos usufruir dele.

Nosso Amapá, reconhecidamente é o estado mais preservado da Amazônia brasileira. Suas florestas, lagos, rios, ilhas e campos inundados apresentam uma riqueza biológica que transpõe os limites de nossa imaginação. Cuidar desse patrimônio é mais que nosso dever, é a garantia de nossa manutenção e, principalmente, de sobrevivência de nossas gerações futuras, a quem esperamos transmitir esse sentimento de perseverança que temos, em acreditar que a grande mudança socioeconômica na Amazônia vai acontecer com o uso racional da floresta.

No Amapá, o uso racional das florestas se faz pelo manejo da castanha, açaí, cipó-titica, cacau, extração do látex para borracha e madeiras para móveis e demais usos. Hoje, esses produtos representam geração de renda, emprego e desenvolvimento para diversas comunidades.

A nossa produção de castanha-do-brasil, por exemplo, é basicamente concentrada em Associações Extrativistas, Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, no sul do estado. Nosso potencial produtivo ainda é pouco conhecido, no entanto sabemos que somente essa cadeia produtiva fortalece a economia de 4.000 famílias. Isso contribui para a manutenção da floresta em pé, evitando diretamente o desmatamento.

Nosso açaí, que vem diariamente das áreas ribeirinhas, já movimenta cerca de 200 milhões de reais, que se diluem entre o produtor, o *peconheiro*, o atravessador e os *batedores*. A abrangência desse montante poderá ser ainda maior, se observarmos e trabalharmos as lacunas no manejo, no armazenamento e transporte do fruto e na qualidade da produção do vinho.

No que diz respeito à madeira, temos disponíveis as mais diversas espécies em áreas de várzea e terra-firme, com volumes exploráveis e excelentes propriedades tecnológicas, mas que ainda pouco contribuem com nossa economia, em função de empecilhos quanto a regularização fundiária, burocracia na aprovação de planos de

manejo, ferramentas para o fomento e outros, que também se repetem para os demais produtos da sociobiodiversidade.

Sabemos que o Amapá, pela diversidade de seus recursos florestais, tem a oportunidade de construir um ambiente favorável para a produção sustentável e defesa das florestas. Mas, compreendemos que essa construção perpassa, prioritariamente, por ferramentas de políticas públicas, que enfoquem não somente os ganhos econômicos de nossos produtos, mas também o valor socioambiental que eles carregam.

Várias dificuldades comprometem a implementação dessas políticas públicas, tais como a carência de inovações tecnológicas, a falta de estruturas básicas de comercialização, a falta de regularização fundiária, falta de acesso ao crédito, políticas de valorização dos produtos e falta de capacitação técnica são alguns dos gargalos que podem explicar por que se torna tão difícil concretizar essa mudança socioeconômica.

Por isso, nós que fazemos parte da sociobiodiversidade do Amapá, anexamos nessa carta nossas preocupações, vontades, esperanças e sonhos, para que eles sigam aos cuidados daqueles que entendem que o respeito aos diferentes traz ventos de mudança e renovam a cada dia nossas convicções.

Cuidando da floresta, cuidamos de nós.

GRUPO DE TRABALHO CASTANHA-DO-BRASIL

Nº	TEMAS	PRINCIPAIS GARGALOS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES	ATORES ENVOLVIDOS
		Quais são os principais gargalos/dificuldades enfrentados para trabalhar esses produtos?	Quais as possíveis soluções para superar as dificuldades/problemas apontados?	Quem são os atores envolvidos na solução das dificuldades/gargalos?
1	MANEJO E PRODUÇÃO	Falta de conhecimento dos extrativistas sobre o processo de licenciamento da produção e dificuldades de acesso (Regularização fundiária, plano de manejo, licenciamento, más condições estruturais de acesso)	Autorização para a coleta. Melhorias na estrutura de acesso. Discussão sobre a política de regularização fundiária e a garantia do envolvimento da participação dos atores diretamente envolvidos	INCRA, IMAP, SEMA, ICMBIO, IEF, SPU, SEINF, RURAP, FETAGRO, CNS, GTA, Organizações Indígenas.
		Precariedade na estrutura de boas práticas armazenamento e a falta de garantia da qualidade do produto.	Fomento e facilidade ao crédito oficial (investimento e custeio). Acesso às políticas governamentais e não-governamentais de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis. Capacitação dos atores envolvidos e melhoria da assistência técnica florestal (capacitação dos técnicos de assistência técnica florestal).	SDR, IEF, RURAP, SEBRAE, MDA, EMBRAPA, IEPA, UNIVERSIDADES, FUNDACÃO ORSA, BASA, BB, AFAP, ADAP.
		Baixa capacidade de previsão da safra	Estratégia de monitoramento e georeferenciamento dos castanheais. Conhecimento da dinâmica produtiva dos castanheais. Ações de integração da pesquisa, extensão florestal (assist. téc. flores.) e do conhecimento local na construção de um modelo de previsão de safra.	SDR, IEF, RURAP, SEBRAE, MDA, EMBRAPA, IEPA, UNIVERSIDADES, FUNDACÃO ORSA
		Envelhecimento dos castanheais e falta de tratamentos silviculturais (retirada de cipós)	Viveiros e produção de mudas. Manejo da regeneração natural (enriquecimento). Corte dos cipós.	IEPA, EMBRAPA E UNIVERSIDADES, SDR, IEF E RURAP
2	ESCOAMENTO	Precariedade das estruturas de escoamento (abertura de ramais, estradas igarapés).	Construção, melhorias, manutenção e ampliação das estruturas de acesso. Limpeza de igarapés e varadouros.	SEINF, SETRAP, SEICOM, Termitórios da cidadania (MDA), SEMA e ICMBio.
		Carência de transporte adequado para os diferentes escoamentos (automotivo, animal, fluvial)	Acesso ao crédito para compra de veículos. Política de estado para escoamento da produção. Estudo de transportes alternativos e novas tecnologias (via cabo).	BASA, MDA, CONAB, Banco do Brasil, IEF, RURAP e demais instituições financiadoras.
		Falta de embalagens (sacarias) adequadas.	Embalagens adequadas para o transporte da castanha.	SEBRAE, SETEC, SEICOM, IEPA, EMBRAPA, RURAP E IEF.

GRUPO DE TRABALHO CASTANHA-DO-BRASIL

Nº	TEMAS	PRINCIPAIS GARGALOS Quais são os principais gargalos/dificuldades enfrentados para trabalhar esses produtos?	POSSÍVEIS SOLUÇÕES Quais as possíveis soluções para superar as dificuldades/ problemas apontados?	ATORES ENVOLVIDOS Quem são os atores envolvidos na solução das dificuldades/gargalos?
3	COMERCIALIZAÇÃO	Preço elevado; baixa competitividade no mercado; falta de uma cultura de consumo interno.	Marketing e a divulgação das propriedades nutricionais da castanha e o seu valor socioambiental; mercado institucional (PAA, PNAE); incentivos fiscais governamentais para as cooperativas/empresas de beneficiamento; arranjos produtivos locais e o mercado solidário.	SEBRAE, MDA, SEFAZ, Câmara Setorial PBio
		Ausência de controle de qualidade sanitária e falta de tecnologias que promovam a sanidade	Boas práticas no beneficiamento (armazenagem, manuseio, secagem, embalagem, etc.) através da capacitação continuada das unidades de beneficiamento e de políticas de fomento para a viabilização das estruturas adequadas.	SEBRAE, IEF, RURAP, EMBRAPA, IEPA.
		Baixa produtividade, diversificação da produção e baixa agregação de valor.	Estudo de viabilidade para o desenvolvimento de tecnologias de produção; aumento da produtividade, diversificação da produção e maior agregação de valor aos produtos e subprodutos.	SEBRAE, IEF, RURAP, EMBRAPA, IEPA.
		A não padronização da unidade medida para a venda de castanha in natura; de certificação do produto (SIE, SIF)	Discutir e definir no âmbito do PNSPB um padrão de medida para a comercialização da castanha; fomentar a certificação dos produtos e subprodutos da castanha e divulgar a importância a nível local.	PNPSB, CSPSB, Diagro e MAPA, SEICOM, IEF, RURAP e demais empresas certificadoras
4	PESQUISA E TECNOLOGIA	Falta de pesquisa direcionada à produção de castanha (sanidade, diversificação, produtividade, agregação de valor)	Ações de pesquisa voltadas à cadeia produtiva da castanha e a promoção de discussões integradas entre os diferentes centros de pesquisa.	EMBRAPA, IEPA, Universidades e demais instituições de pesquisa a nível nacional.
		Baixa divulgação dos resultados das pesquisas e a vinculação destes resultados com as atividades dos órgãos de extensão rural	Incentivar e promover trabalhos conjuntos entre as instituições de pesquisa, órgãos de assistência técnica e representantes das instituições agroextrativistas; promover a publicação de materiais didáticos sobre o tema.	EMBRAPA, IEPA, IEF, RURAP
5	ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	Baixo grau de gerenciamento de gestão.	Capacitação e formação	SEBRAE, CNS, INCRA, MDA, EMBRAPA, Cooperativas e comunidades tradicionais, IEF, RURAP, SEED, ICMBio, SEICOM.
		Alto índice de analfabetismo.	Formação educacional e melhoria no ensino.	
		Perda da capacidade de mobilização, articulação e negociação.	Políticas de reestabelecimento das negociações.	
		Falta de capacitação técnica da população local.	Capacitação técnica para a elaboração de projetos de assistência técnica.	
		Conscientização da comunidade e dos próprios membros, associados em relação a cadeia da castanha.	Capacitação em técnicas industriais.	

GRUPO DE TRABALHO BORRACHA

Nº	TEMAS	PRINCIPAIS GARGALOS Quais são os principais gargalos/dificuldades enfrentados para trabalhar esses produtos?	POSSÍVEIS SOLUÇÕES Quais as possíveis soluções para superar as dificuldades/ problemas apontados?	ATORES ENVOLVIDOS Quem são os atores envolvidos na solução das dificuldades/gargalos?
1	MANEJO E PRODUÇÃO	1 - Seringais desativados.	1 - Ativar e ampliar os seringais.	1 - CNS, GEA (IEF, RURAP,), ICMBio, IBAMA, Associações e cooperativas de extrativistas.
		2 - Falta de capacitação para a nova geração de extrativistas.	2 - Capacitar a nova geração de extrativistas em boas práticas da cadeia produtiva.	2 - CNS, GEA, RAEFAP, EFAs, EMBRAPA, IEPA Associações e cooperativas de extrativistas.
		3 - Falta de investimento do estado no setor.	3 - Linha de crédito e programas do governo para reativação da produção.	3 - GEA; Bancos, Organizações internacionais.
		4 - Falta de Ass. Técnica especializadas para esse produto.	4 - Assistência técnica preparada.	4 - IEF, RURAP.
		5 - Ausência de georeferenciamento.	5 - Levantamento socioeconômico e diagnóstico da produção do estado para estimativa de produção;	5 - IEF, RURAP, EMBRAPA, CNS Etc;
		6 - Falta de Ass. Técnica especializadas para esse produto.	6 - Capacitação Técnica específica	6 - IEF, IMAP, Pescap, SEMA, RURAP;
		7 - Legislação Específica ao produto	7 - Fortalecimento da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade para induzir o governo a elaborar leis ao produto;	7 - SEMA, IMAP, IEF, RURAP.
		8 - Regularização Fundiária;	8 - Parceria das organizações de extrativistas junto aos órgãos de governo; Cooperação Técnica entre IMAP e INCRA;	8 - GEA (INCRA, ICMBio, IBAMA, IMAP, IEF); Prefeituras, CNS, Associações e Cooperativas.
		9 - Ausência de Organização Comunitária.	9 - Fortalecimento das Organizações Comunitárias.	9 - Cooperativas, Associações e demais ONGS de extrativistas.
		10 - Ausência de financiamento.	10 - Fomentar as atividades agroextrativistas; Linhas de créditos para a atividade; Equipamentos adequados para o beneficiamento dos produtos;	10 - Bancos Basa, Banco do Brasil.
		11 - Falta de Assistência Técnica de Extensão florestal e Rural;	11 - Assistência técnica.	11 - GEA (IEF, RURAP, PESCAP).

GRUPO DE TRABALHO BORRACHA				
Nº	TEMAS	PRINCIPAIS GARGALOS Quais são os principais gargalos/dificuldades enfrentados para trabalhar esses produtos?	POSSÍVEIS SOLUÇÕES Quais as possíveis soluções para superar as dificuldades/ problemas apontados?	ATORES ENVOLVIDOS Quem são os atores envolvidos na solução das dificuldades/gargalos?
2	ESCOAMENTO	<p>1 - Ausência de autorização de acesso às UC'S p/ o escoamento de produtos extrativistas das comunidades tradicionais, ou seja, ex COOPEFLORA (elaborar leis), por isso há inexistência ramais de escoamento.</p> <p>2 - Ausência de estradas e ramais em áreas de produção; Ineficiência da manutenção e ampliação das estradas;</p> <p>3- Meios e transporte fluviais ou terrestres apropriados; Falta de limpeza de rios e igarapés;</p> <p>4- Ampliação da Fiscalização de atividades predatória via terrestre ou via aquática;</p> <p>5-Infra-estrutura de armazenamento;</p> <p>6- Mão de Obra não qualificada</p>	<p>1 - Possibilitar o escoamento da produção em Áreas de Proteção Integral; (elaborar leis), pois há inexistência ramais de escoamento.</p> <p>2 - Abertura e Manutenção de estradas; Ampliação dos Ramais existentes;</p> <p>3- Limpeza de rios e igarapés, e</p> <p>4- Conscientização ambiental nas comunidades;</p> <p>5- Integração das unidades de conservação, ICMBio, e cooperativas; Fomentar o escoamento da produção através de parcerias;</p> <p>6- Capacitar e treinar mão de obra</p>	<p>1 - ICMBio/IBAMA Governo(SETRAP) e prefeituras.</p> <p>2 – Governo (SETRAP); prefeituras SEMOB</p> <p>3- Associações, cooperativas, GEA e Prefeituras.</p> <p>4- Associações, Cooperativas, GEA, (SEMA, IMAP, IEF, RURAP); prefeituras escolas famílias, escolas estaduais e municipais, Polícia Ambiental etc</p> <p>5- Bancos (custeio infra-estrutura)</p> <p>6-SEBRAE, Cooperativas, associações.</p>
3	COMERCIALIZAÇÃO	<p>1- Não Regulamentação de preços pelo governo, como acontece com os commodities (como soja, milho, etc.)</p> <p>2- Não conhecimento e ou estudo do custo de produção para realizar o "preço justo" ou preço mínimo; Não garantia de mercado consumidor para os produtos não madeireiros;</p> <p>3 -Falta de certificação dos produtos florestais não madeireiros;</p> <p>4- Baixa qualidade dos produtos não madeireiros</p>	<p>1- Estudo de mercado,</p> <p>2- Incentivar a Câmara Técnica a introduzir o produto não madeireiro na política de preço mínimo;</p> <p>3- Certificar os produtores para as atividades florestais não madeireiras;</p> <p>4- Conscientização ambiental e de higiene para a prática de manejo de produtos não madeireiros;</p>	<p>1 - Câmara Setorial da Sociobiodiversidade; CONAB; SEBRAE, cooperativas, etc</p> <p>2 - Câmara Setorial da Sociobiodiversidade; CONAB; SEBRAE, cooperativas, CNS, associações.</p> <p>3 – Governo (IMAP, IEF, RURAP, INCRA, SEMA); Cooperativas, Associações, CNS etc.</p> <p>4 – Governo (IMAP, IEF, RURAP, INCRA, SEMA); Cooperativas, Associações, CNS, OCB etc.</p>

GRUPO DE TRABALHO BORRACHA				
Nº	TEMAS	PRINCIPAIS GARGALOS Quais são os principais gargalos/dificuldades enfrentados para trabalhar esses produtos?	POSSÍVEIS SOLUÇÕES Quais as possíveis soluções para superar as dificuldades/ problemas apontados?	ATORES ENVOLVIDOS Quem são os atores envolvidos na solução das dificuldades/gargalos?
4	PESQUISA E TECNOLOGIAS	<p>1- Baixo incentivo governamental as pesquisas.</p> <p>2- Pesquisa voltada aos interesses da população local;</p> <p>3- Ausência de consulta e intenções de pesquisas nas áreas dos extrativistas.</p> <p>4- Elaborar um banco de dados para conhecer a realidade das populações tradicionais</p> <p>5- Pesquisas incompletas e Biopirataria</p> <p>6- As pesquisas não são compartilhadas ou elaboradas em parcerias entre os órgãos de ATER envolvidos,</p> <p>7- Falta de infra-estrutura;</p>	<p>1- Maiores incentivos governamentais as pesquisas.</p> <p>2- Transformar o resultado da pesquisa em solução prática ou tecnologia;</p> <p>3 - Consultar a população previamente à realização da pesquisa;</p> <p>4- Elaborar um banco de dados para conhecer a realidade das populações tradicionais.</p> <p>5 – Pesquisas completas e maiores fiscalização nos tipos de pesquisa que estão sendo realizada nas áreas.</p> <p>6 – As pesquisas devem ser compartilhadas com os órgãos de assistência técnica e comunidades.</p> <p>7- Socializar a pesquisa com órgãos de ATER afins;</p>	<p>1 - GEA (SETEC, UEAP)</p> <p>2- EMBRAPA; IEPA; UEAP; UNIFAP; IMMES; UVA; etc</p> <p>3 - EMBRAPA; IEPA; UEAP; UNIFAP; CEPLAC; IMMES; UVA; Cooperativas, associações, CNS, prefeituras, GEA, etc</p> <p>4 – GEA (SEMA, IMAP, IEF, RURAP, IEPA); INCRA, CNS, Cooperativas, associações, etc.</p> <p>5- GEA (SEMA, IMAP, IEF, RURAP); INCRA, CNS, Cooperativas, associações, EMBRAPA; IEPA; UEAP; UNIFAP; IMMES; UVA; etc</p> <p>6 - GEA (IEF RURAP); INCRA, CNS, Cooperativas, associações, EMBRAPA; IEPA; UEAP; UNIFAP; IMMES; UVA; etc</p> <p>7 - GEA (IEF RURAP); INCRA, CNS, Cooperativas, associações, EMBRAPA; IEPA; UEAP; UNIFAP; IMMES; UVA; etc</p>
5	ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	<p>1- Inadimplência das associações;</p> <p>2- Faltam capacitação para gestão e gerenciamento das organizações comunitárias;</p> <p>3- Não continuidade da capacitação e treinamento da gestão da organização comunitária;</p> <p>4- Formação de liderança;</p>	<p>1 - Assessoramento técnico.</p> <p>2- Promover as organizações comunitárias com treinamentos e capacitações;</p> <p>3- Acompanhamento integral continuado das populações tradicionais;</p> <p>4- Criação e implementação pelo governo de programas de formação associativista e ou cooperativista;</p>	<p>1 – SEBRAE, Associações e cooperativas, bancos: Baza e banco do Brasil.</p> <p>2- SEBRAE, OCB/AP, CNS Cooperativa, associações etc.</p> <p>3 – SEBRAE, OCB/AP, CNS Cooperativa, associações etc.</p> <p>4 – Igrejas Católicas, Assembleias; CNS, EFAs, Sindicatos de trabalhadores rurais, SEBRAE; OCB; OAB e demais Instituições de ensino.</p>

O conteúdo da carta completa ainda aborda para esses temas as espécies: Açaí, Madeira, Cipó – tiririca e Cacau.

ANEXO 8: Decreto de criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade no estado do Amapá

DECRETO Nº 3479 DE 30 DE JUNHO DE 2011

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso VIII, da Constituição do Estado do Amapá, tendo em vista o contido no Ofício nº 276/2011-GAB/IEF, e

Considerando que as cadeias de produtos da sociobiodiversidade são muito importantes para a sustentabilidade social, ambiental e econômica dos extrativistas do Estado do Amapá;

Considerando que os extrativistas de produtos da sociobiodiversidade também são agricultores familiares e vivem dessas atividades produtivas;

Considerando que as cadeias de produtos da sociobiodiversidade estão sendo trabalhadas em âmbito nacional devido às suas relevâncias socioeconômica e ambiental beneficiando cerca de 500 mil pessoas direta ou indiretamente envolvidas;

Considerando que o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade foi lançado pelo Presidente da República em 27 de abril de 2009 e tem o objetivo de desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade;

Considerando, ainda, que os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Companhia Nacional de Abastecimento estão implementando o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, política pública do Governo Federal instituída através da Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009, onde o Instituto Estadual de Florestas do Amapá - IEF é o ponto focal do Governo do Estado do Amapá para coordenação de sua implementação em nível estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá, com as seguintes atribuições:

I - elaborar e implementar o Plano de Ação Estadual, em consonância com o Plano de Ação Nacional para as cadeias produtivas da castanha do brasil, do açaí e de outros produtos da sociobiodiversidade;

II - definir em conjunto com os representantes das comunidades extrativistas, a partir de diagnósticos e planos, as ações prioritárias do Plano Estadual para as cadeias produtivas da castanha do brasil, do açaí e de outros produtos da sociobiodiversidade;

III - acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano de Ação Estadual;

IV - fomentar ações de desenvolvimento das cadeias produtivas da castanha do Brasil, do açaí e de outros produtos da sociobiodiversidade, com vistas ao extrativismo sustentável, através do fortalecimento das organizações sociais e produtivas; da sistematização de informações referentes à produção; do fomento à melhoria das boas práticas de manejo e agregação de valor local; da qualidade dos produtos; e da ampliação dos canais de comercialização;

V - articular a promoção de estudos e pesquisas voltados à conservação dos recursos e ao desenvolvimento das cadeias produtivas da castanha do Brasil, do açaí e de outros produtos da sociobiodiversidade no Estado do Amapá.

Art. 2º A Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá será coordenada pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá - IEF.

Parágrafo único. Após a publicação deste Decreto, a Câmara se reunirá para definir seu Regimento Interno.

Art. 3º A Câmara Setorial será composta pelos seguintes órgãos que nomeará 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente:

- a. Instituto Estadual de Florestas do Amapá - IEF;
- b. Instituto Estadual de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA;
- c. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP;
- d. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural - SDR;
- e. Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá - SEMA;
- f. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, por meio da Superintendência Regional do Amapá;
- g. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/AP;
- h. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA/AP;
- i. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, representado pela Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Amapá;
- j. Ministério do Meio Ambiente, representado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO/AP;
- k. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE/AP;
- l. Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS;
- m. Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB/Amapá;
- n. Fundação Orsa-FO;
- o. Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura - FETTAGRAP;
- p. Rede das Associações das Escolas Família do Amapá-RAEFAP;
- q. Sindicato dos Produtores e Beneficiadores dos Produtos da Floresta no Estado do Amapá - SINDAÇAÍ;
- r. Associação Indígena Palikur - AIPA;
- s. Associação dos Produtores Agroextrativistas do Vale do Jari - APROFLORA;
- t. Cooperativa Extrativista Mista do Laranjal do Jari - COMAJA;

u. Cooperativa Mista dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Alto Cajari - COOPERALCA.

Parágrafo único. Ter como instituições de assessoria com a incumbência de atender às demandas da Câmara dentro das suas devidas competências os seguintes órgãos: Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá - IMAP; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SETEC; Secretaria do Estado da Indústria, Comércio e Mineração - SEICOM; Universidade do Estado do Amapá - UEAP; Universidade Federal do Amapá - UNIFAP; Fundação Nacional do Índio - FUNAI e outros que poderão ser convidados pela Câmara de acordo com as demandas dos Grupos de Trabalho - GTs.

Art. 4º A Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá reunir-se-á com a presença de pelo menos a metade mais 1 (um) dos seus membros em primeira chamada, com um terço dos seus membros em segunda chamada, e com, pelo menos, 5 (cinco) membros em terceira chamada. Com intervalo de 30 minutos entre cada chamada.

Parágrafo único. Na ausência do Coordenador da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá, ou do seu suplente, presidirá a reunião um dos membros presentes escolhido por consenso.

Art. 5º As matérias a serem submetidas à apreciação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá serão apresentadas por qualquer um dos seus integrantes ou interessados.

Parágrafo único. As matérias deverão ser encaminhadas ao coordenador da Câmara com 15 (quinze) dias de antecedência da reunião, para que sejam encaminhadas aos membros da Câmara para conhecimento e posterior discussão em pauta.

Art. 6º Os representantes de que trata o art. 3º serão indicados pelos órgãos e instituições e designados em Portaria pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá - IEF.

Art. 7º A coordenação poderá convidar para participar das reuniões, em seu nome ou por indicação dos integrantes da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá, personalidades, especialistas, pesquisadores e outros representantes dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil, do setor empresarial, de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, em função da matéria constante da pauta, sempre que entender necessária sua colaboração para o alcance do objetivo da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá.

Art. 8º A participação dos membros da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.

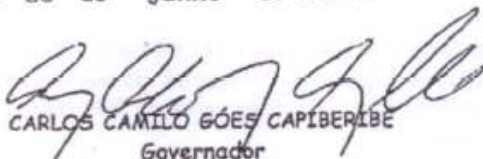
Art. 9º A Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá deverá reunir-se ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente, quando houver necessidade, e apresentar, à Coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade e ao Instituto Estadual de Florestas do Amapá - IEF, o relatório de suas atividades.

Art. 10. O não comparecimento dos representantes (titular ou suplente) de uma instituição em duas reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativa formalizada à Coordenação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá, acarretará na exclusão desta entidade ou órgão faltante/ausente, cabendo à Câmara indicar outro órgão para substituí-lo.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revoga-se o Decreto nº 1892, de 21 de março de 2011.

Macapá, 30 de junho de 2011


CARLOS CAMILO GOMES CAPIBERIBE
Governador

ANEXO 9: Resolução de criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade no estado do Mato Grosso

Quinta Feira, 24 de Setembro de 2009		Diário Oficial	Página 33
RESOLUÇÃO Nº 024/09			
O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 06 de novembro de 1992 e o artigo 13, alínea "a" e parágrafo único do Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde;			
CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada em 02 de setembro de 2009.			
RESOLVE:			
Art. 1º Aprovar os Pareceres da Comissão de Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador referente aos seguintes Processos nº 25180016833/2008-16 FUNASA, nº 513528/2009/SES, nº 354963/2009, nº 25180016862/2008-59 FUNASA.			
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.			
Registrada, Publicada, CUMPRADA-SE.			
Cuiabá-MT, 24 de setembro de 2009.			
(Original assinado) AUGUSTINHO MORO Secretário de Estado de Saúde e Presidente do C.E.S.-MT			
Homologada:	(Original assinado) BLAÍRO BORGES MAGGI Governador do Estado		
RESOLUÇÃO Nº 25/09			
O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 06 de novembro de 1992			
CONSIDERANDO a responsabilidade pela fiscalização do Fundo Estadual de Saúde prevista no artigo 77 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como no art. 33, da Lei nº 8.020/1990, a previsão no §2º, do art. 1º, da Lei nº 8.142/1990, e, ainda, o que dispõe o art. 2º da Lei 6.028/1992.			
CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 06 de maio de 2009			
RESOLVE:			
Art. 1º Aprovar os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Vantagens Patrimoniais, demais demonstrativos e anexos que integram a prestação de contas das unidades orçamentárias 21101 - Secretaria de Estado de Saúde e 21601 - Fundo Estadual de Saúde, relativos ao exercício de 2008.			
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.			
Registrada, Publicada, CUMPRADA-SE.			
Cuiabá-MT, 24 de setembro de 2009.			
(Original assinado) AUGUSTINHO MORO Secretário de Estado de Saúde e Presidente do Conselho Estadual de Saúde			
Homologada:	(Original assinado) BLAÍRO BORGES MAGGI Governador do Estado		
SEDER			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL			
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2009 - Seder (Proc. 581496/2009)			
Extrato do Contrato nº 016/2009, tendo por objeto empresa especializada na locação de veículos para uso administrativo para atender as necessidades da Seder.			
CONTRATANTE: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL/SEDER - CGC 03.507.415/012-35			
CONTRATADO: VIVENDAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA			
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais).			
PRAZO: 01 (um) ano, sendo que os meses de Setembro a Dezembro serão pagos com a dotação orçamentária do ano de 2009, e o restante com a dotação orçamentária do exercício de 2010.			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto atividade: 2006.9900, Fonte: 100, Elemento de despesa: 3390.39			
ASSINAM: Pela Seder seu Secretário, Nélido Egon Weirich, RG: 1.552.788 SSP/GO CPF: 134.912.290-40, e pela VIVENDAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA sua representante a senhora Eliane Terezinha Souza Moura, CPF: 789.133.901-55 RG: 956.340.			
Cuiabá-MT, 18 de Setembro de 2009.			
PORTARIA /SEDER/ nº 007/2009.			
O Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 207 de 29/12/2004 e alterado pela Lei Complementar nº 213/05 de 09/07/2005.			
Considerando denúncia formulada perante a Superintendência de Agricultura Familiar, vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural/MT, Ouvidoria do Estado do Mato Grosso.			
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO			
Secretaria de Administração e Imprensa Oficial			
Assinatura Digital: Clique aqui para verificar a assinatura			
sobre possíveis irregularidades relacionadas ao Projeto de Crédito Fundiário da Estância Gomair, localizada no Município de Rosário Oeste/MT, com possível participação de servidores Públicos da Unidade Técnica Estadual (UTE).			
Considerando, ainda, a necessidade de observância das garantias constitucionais do devido Processo Legal, da ampla defesa e do contraditório			
RESOLVE:			
Art. 1º - Determinar a imediata instauração de Instrução Sumária Administrativa em detrimento aos fatos denunciados.			
Art. 2º - Designar os servidores efetivos abaixo para comporem a comissão Sindicância para a apuração dos fatos			
Presidente: ANDRÉ RODRIGUES DOS SANTOS			
Membro: LUIZ CARLOS DE CARVALHO			
Membro: MARIA DE FÁTIMA B. DE SANTANA			
Secretaria: VERA LÚCIA MOURA DA SILVA.			
Art. 3º - REVOGAR em sua totalidade a Portaria interna nº 006/2009, publicada em 21/09/2009.			
Art. 4º - Determino o início das atividades no prazo máximo de 05 dias da publicação desta Portaria em Diário Oficial, devendo a conclusão ocorrer no prazo de 30 dias, admitindo sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem mediante solicitação a autoridade que determinou sua instauração em conformidade com a Lei complementar Estadual 207/2004			
Registrada, publicada, cumprada-se			
Cuiabá, 23 de Setembro de 2009.			
(Original assinado) NÉLIDO EGON WEIRICH Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural			
RESOLUÇÃO Nº 20/2009 DE 24 DE SETEMBRO 2009.			
O PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - CDA - criado pela Lei Complementar nº 339, de 12 de dezembro de 2002, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o respectivo Conselho resolve:			
Art. 1º - Tornar público que em sessão da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Agrícola - CDA - 2009, realizada em 15 de Setembro de 2009 em Cuiabá - MT, os Conselheiros resolveram aprovar as Cartas Consultas na excepcionalidade para o Desenvolvimento Rural com recursos do FCO Rural e autorizaram o Banco do Brasil S/A a liberar o financiamento para as seguintes Cartas Consultas.			
• CARTA Nº 228: DILMA IZABEL DUTRA CORREIA - Cáceres - Valor: R\$ 25.348.443,05;			
• CARTA Nº 469: AGROPECUARIA DCNA MYONE LTDA - Comodoro - Valor: R\$ 15.960.008,40.			
Art. 2º - Aprovar a criação da Câmara Técnica de Produtos Familiares da Sociobiodiversidade.			
Art. 3º - Aprovar a liberação do financiamento do Programa PROVENIAMS para as entidades abaixo relacionadas.			
• COOPERNORTE - Cooperativa Mista Agropecuária Nova Horizonte <u>Aquisição de Tanque Isotermico de Leite.</u>			
• COOPERNOP - Cooperativa Agrícola Mista de Produtores de SIVOP <u>Aquisição de veículo Utilitário II Câmara Fria.</u>			
Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação			
Cuiabá, 24 de setembro 2009			
(Original assinado) Nélido Egon Weirich Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural Presidente do CDA/MT			
SEDTUR			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO			
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 020/2009/SEDTUR, ref. ao processo nº 630719/2009.			
PARTES: Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo - SEDTUR/MT - CNPJ nº 00.998.859/0001-31 e Prefeitura Municipal de São José do Povo/MT - CNPJ nº 32.472.424/0001-04			
OBJETO: O presente Convênio tem por objeto auxílio financeiro para a realização do projeto "Festa do Peão de Rodeio em São José do Povo"			
Órgão: 24.101; Programa: 185; Projeto: 2543; Fonte: 100; Elemento de Despesa: 3390.39.			
VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)			
Número do EMP: 24101.0001.00.00738-7			
PRAZO: 30/08/2009 a 30/10/2009			
ASSINAM: Yun Alexey Vieira Jorge - Secretário de Estado de Desenvolvimento do Turismo			
- SEDTUR e João Batista de Oliveira - Prefeito Municipal de São José do Povo/MT.			

ANEXO 10: Resolução sobre o benefício fiscal para empresas que processam produtos não madeireiros no estado do MT

**Legislação Tributária
ATO NORMATIVO DA SICME**

Ato: Resolução - CONDEPRODEMAT

Número/Complemento	Assinatura	Publicação	Pág. D.O.	Início da Vigência	Início dos Efeitos
14/2010	03/11/2010	03/11/2010	36	03/11/2010	03/11/2010

Ementa: **Aprova benefício fiscal para as empresas que processam produtos não madeireiros de origem do extrativismo vegetal.**

Assunto: **Benefícios Fiscais**

Alterou/Revogou:

Alterado por/Revogado

por:

Observações:

O benefício fiscal terá a vigência por 5 (cinco) anos.

Nota Explicativa:

Nota: " Os documentos contidos nesta base de dados têm caráter meramente informativo. Somente os textos publicados no Diário Oficial estão aptos à produção de efeitos legais."

Texto:

RESOLUÇÃO nº 014/2010

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO - CONDEPRODEMAT, no exercício de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o preconizado no artigo 5º da Resolução nº 04/2007 do CONDEPRODEMAT,

CONSIDERANDO as políticas do Governo do Estado de Mato Grosso com o objetivo de estimular a contribuição para a conservação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, com ênfase na geração de emprego e renda e redução das desigualdades sociais e regionais;

CONSIDERANDO a necessidade do fortalecimento do extrativismo vegetal com sustentabilidade ambiental e valorização da produção familiar e de cooperativas de produção de produtos provenientes da região do bioma amazônico do Estado;

CONSIDERANDO a necessidade da valorização e de fixação do homem no campo, em especial os de assentamentos rurais, buscando a criação de alternativas de renda e diversificação da produção;

"RESOLVE: AD REFERENDUM":

Art. 1º Aprovar o seguinte benefício fiscal para as empresas que processam produtos não madeireiros de origem do extrativismo vegetal:

§1º Crédito presumido de 100 % (cem por cento) do valor do ICMS incidente nas operações de comercialização interna e interestadual das mercadorias efetivamente produzidas no empreendimento industrial;

§2º Fica a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia autorizada a editar normas para disciplinar a forma de enquadramento, acompanhamento, controle e avaliação dos resultados das empresas credenciadas com o benefício fiscal do §1º deste artigo.

Art. 2º O benefício fiscal referido no Art. 1º desta Resolução terá a vigência por 5 (cinco) anos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 03 de novembro de 2010.


PEDRO JAMIL NADAF
Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia

Presidente do CONDEPRODEMAT

ANEXO 11: Portaria de criação do Grupo de Trabalho do Babaçu no estado do Ceará



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

PORTARIA Nº 246, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho com finalidade de Promover a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu no Estado do Ceará.

EDOUARD : 964480

O SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ - SDA, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a cadeia produtiva do coco babaçu é muito importante para a sustentabilidade social, ambiental e econômica dos extrativistas das regiões do Cariri, Ibiapaba, Baturité e Serra da Meruoca no estado do Ceará.

Considerando que os extrativistas do babaçu são todos agricultores familiares e vivem dessa exploração.

Considerando que a cadeia produtiva do coco babaçu está sendo trabalhada em âmbito nacional devido a sua relevância socioeconômica e ambiental, beneficiando cerca de 400 mil famílias e 1.000.000 de pessoas direta ou indiretamente envolvidas.

Considerando a realização do Workshop Nacional do Babaçu, realizado nos dias 04 e 05 de novembro de 2009, que contou com representantes do Governo Federal e representantes dos estados do Ceará, Maranhão, Tocantins, Piauí, e Pará, onde foi validado o Plano de Ação Governamental para a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu.

Considerando que os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Companhia Nacional de Abastecimento estão implementando o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, política pública do Governo Federal instituída através da Portaria Interministerial no. 239 de 21 de julho de 2009 onde a SDA é o ponto focal do governo do Estado do Ceará.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho com a finalidade de Promover a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu no Estado do Ceará, com as seguintes atribuições:

- I – Acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano de Ação Nacional para a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu;
- II – Elaborar e implementar o Plano de Ação Estadual, em consonância com o Plano de Ação Nacional para a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu;
- III – Definir os municípios e ações prioritárias do Plano Estadual da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

IV – Acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano de Ação Estadual;

V – Apresentar aos órgãos de fiscalização ambiental denúncias sobre devastação dos babaçuais (queimadas ilegais, queima do coco inteiro, desmatamentos), cobrar e acompanhar as providências imediatas cabíveis;

VI – Apoiar ações de desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu com vistas ao extrativismo sustentável, através do aumento da produção, das boas práticas de manejo, da qualidade dos produtos e a ampliação dos canais de comercialização;

VI – Apoiar a promoção de estudos e pesquisas voltados a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu no Estado do Ceará.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, por meio da Coordenadoria do Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CODAF.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será representado por um Titular e um Suplente e terá a seguinte composição:

Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA

Titular: Francisco Marcilio de Melo ✓

Suplente: Marcos Vinícius Assunção ✓

Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – DFDA/CE

Titular: Francisco Nelsieudes Sombra Oliveira ✓

Suplente: Tercio Dantas Tavares ✓

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, por meio da Superintendência Regional do Ceará

Titular: Gilson Antônio de Sousa Lima ✓

Suplente: Davi Azin Filho ✓

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE

Titular: Francisco Alves de Souza ✓

Suplente: Maria Cristina Pontes Vieira ✓

Fundação de Formação, Pesquisa e Difusão de Tecnologias Sociais Sustentáveis – Fundação Mussambê

Titular: José Erisvaldo da Silva Figueiredo ✓



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Suplente: Maria Matias da Silva ✓

Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe

Titular: Stephenson Ramalho da Lacerda ✓

Suplente: Maria Betânia Coelho ✓

g) APA Chapada do Araripe

Titular: Francisco Willian Brito Bezerra ✓

Suplente: Pedro Augusto Carlos Monteiro ✓

Art. 4º O Grupo de Trabalho reunir-se-á com a presença de pelo menos a metade mais um dos seus membros.

Art. 5º As matérias a serem submetidas à apreciação do Grupo de Trabalho, podem ser apresentadas por qualquer um dos seus integrantes.

Art. 6º Os representantes de que trata o Art. 3º serão indicados pelos titulares dos órgãos e instituições e designados em portaria pelo Secretário do Desenvolvimento Agrário.

Art. 7º O Coordenador poderá convidar para participar das reuniões, em seu nome ou por indicação dos integrantes do Grupo de Trabalho, personalidades, especialistas, pesquisadores e outros representantes dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil, do setor empresarial, de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, em função da matéria constante da pauta, sempre que entender necessária sua colaboração para o alcance do objetivo do Grupo de Trabalho.

Art. 8º A participação dos membros do Grupo de Trabalho é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.

Art. 9º O grupo de Trabalho deverá reunir-se ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente, quando houver necessidade, e apresentar a Coordenação do Plano Nacional e a SDA relatório de suas atividades.

Art. 10º O não comparecimento, em duas reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativa formalizada a coordenação do Grupo de Trabalho, acarretará a exclusão dessa entidade ou órgão, cabendo ao Grupo de Trabalho a indicação de sua substituição.

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Rodrigues de Amorim
Secretário do Desenvolvimento Agrário
do Estado do Ceará

ANEXO 12: Portaria de criação do Grupo de Trabalho do Babaçu no estado do Maranhão



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SEDAGRO
Palácio Henrique de La Rocque – Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n – Calhau.
CEP: 65070-901. São Luís – MA. Fone: (0XX98) 3214-1766/1851
gabinete@sedagro.ma.gov.br

PORTARIA Nº 019/2010/GAB – SEDAGRO, DE 18 DE MAIO DE 2010.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhes foram legalmente conferidas e em vista do disposto no Decreto nº 25.350, de 07 de maio de 2009, e na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009.

Instituir o **Grupo de Trabalho** para planejar, acompanhar e avaliar o Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu, no âmbito do Estado do Maranhão, e dar outras providências.

Considerando que o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Biodiversidade instituído por meio da Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009, tem como principal objetivo desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis;

Considerando que o Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu no âmbito nacional foi construído e estruturado em conjunto com gestores governamentais e sociedade civil organizada, resultando num elenco de ações prioritárias, definidos responsáveis e identificados parceiros para a execução das mesmas;

Considerando que o Maranhão é o maior produtor de amêndoa e óleo do babaçu, envolvendo 149 municípios e representando cerca de 94 % da produção nacional, ocupando diretamente mais de 400 mil famílias e indiretamente mais de 1,0 milhão de pessoas;

Considerando que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, órgão executor das ações de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no Estado, com atendimento às comunidades que valorizam as cadeias dos produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade, destacando o respeito às nuances socioculturais; e

Considerando a realização do Workshop Nacional do Babaçu, nos dias 04 e 05 de novembro de 2009, com a participação de entidades governamentais federais, estaduais e organizações da sociedade civil afins, no qual foi validado o Plano de Ação Governamental para a Cadeia Produtiva do Coco do Babaçu.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SEDAGRO

Palácio Henrique de La Rocque – Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n – Calhau,
CEP: 65070-901. São Luís – MA. Fone: (0XX98) 3214-1766/1851
gabinete@sedagro.ma.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Grupo de Trabalho com o objetivo de planejar, acompanhar e avaliar o Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu, no âmbito do Estado do Maranhão, com as seguintes atribuições:

I - Acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu;

II - Planejar, elaborar, acompanhar, monitorar e avaliar o Plano de Ação Estadual em consonância com o Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu;

III - Definir prioridades, critérios de ações e municípios para o Plano de Ação Estadual para o Desenvolvimento da Cadeia de Valor do Coco do Babaçu;

IV - Articular e acompanhar com os órgãos de fiscalização ambiental a apuração de denúncias de danos e riscos ambientais visando à aplicação de medidas prévias de prevenção e precaução legal causados pela devastação de babaçuais, queimadas ilegais, queima do coco de babaçu inteiro, desmatamentos, envenenamentos dos recursos naturais e outras ações danosas aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria será integrado por representantes, titular e suplente, de órgãos públicos estaduais e federais e por organizações dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, demais organizações da sociedade civil e os agentes privados a seguir relacionados:

I – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário – **SEDAGRO**;

II – Secretaria de Estado de Igualdade Racial – **SEIR**;

III – Secretaria de Estado do Meio Ambiente – **SEMA**;

IV – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca - **SAGRIMA**, por meio da Agência Estadual de Assistência Técnica e Pesquisa Agropecuária- **AGERP**;

V – Ministério do Desenvolvimento Agrário - **MDA**, por meio da Delegacia Federal do Maranhão – **MDA/DFDA**;

VI – Companhia Nacional de Abastecimento – **CONAB**, por meio da Superintendência Regional do Maranhão - **SRM**;

VII – Secretaria de Estado de Saúde - **SES**, por meio da Superintendência de Vigilância Sanitária Estadual do Maranhão - **ANVISA**;

VIII – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA/MA**;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SEDAGRO
Palácio Henrique de La Rocque – Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n – Calhau,
CEP: 65070-901. São Luís – MA. Fone: (0XX98) 3214-1766/1851
gabinete@sedagro.ma.gov.br

- IX – Ministério do Meio Ambiente, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – **ICMBIO - MA**; ⁷
- X – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – **CENTRU/MA**; ⁸
- XI – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – **MIQCB**; ⁹
- XII – Associação em Áreas de Assentamento no Estado no Maranhão – **ASSEMA**; ⁶
- XIII – Coordenação e Articulação das Organizações Indígenas do Estado do Maranhão – **COAPIMA**; ⁵
- XIV – Central de Cooperativas Agroextrativistas do Estado do Maranhão – **CCAMA**; ¹⁰
- XV – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco – **COPPALJ**; ¹¹
- XVI – Cooperativa de Serviços Técnicos – **COOSERT**; ¹²
- XVII – União do Clube de Mães de Itapecuru – Mirim; ¹³
- XVIII – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da RECEX Ciriaco – **ATARECO**; ¹⁴
- XIX – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão – **FETAEMA**. ¹⁵

Parágrafo único – A designação dos membros do Grupo de Trabalho far-se-á mediante ato da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário – **SEDAGRO**, publicado no Diário Oficial do Estado – **DOE**.

Art. 3º - Serão convidados a participar das Reuniões do Grupo de Trabalho representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário; dirigentes de instituições federais, estaduais e municipais; estudiosos, técnicos especialistas, personalidades com serviços reconhecidos na valorização dos produtos da biodiversidade; organizações dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares; demais organizações da sociedade civil, agentes privados e demais segmentos interessados em potencializar as ações, políticas, projetos, programas estruturantes Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu, sempre que necessário for, a título de colaboração e consulta.

Art. 4º - As atividades do Grupo de Trabalho serão coordenadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário- **SEDAGRO**, por meio de seu representante titular, ou por quem legalmente a represente.

Parágrafo único – O Grupo de Trabalho igualmente promoverá as interfaces requeridas com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário - **MDA**, do Meio Ambiente - **MMA**, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - **MDS** e da Companhia Nacional de Abastecimento – **CONAB**, que estão implementando o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, política pública do Governo Federal instituída mediante a Portaria

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SEDAGRO
Palácio Henrique de La Roque – Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n – Calhau.
CEP: 65070-901. São Luís – MA. Fone: (0XX98) 3214-1766/1851
gabinete@sedagro.ma.gov.br

Interministerial no. 239, de 21 de julho de 2009, tendo em vista a consecução do objetivo para o qual foi instituído.

Art. 5º O Grupo de Trabalho deverá reunir-se ordinariamente a cada 3 (três) meses e apresentar à Coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Biodiversidade e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário - **SEDAGRO** relatório de suas atividades.

Art. 6º O não comparecimento em 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, sem justificativa formalizada, acarretará exclusão dessa entidade ou órgão e, conseqüentemente, caberá ao Grupo de Trabalho indicar sua substituição.

Art. 7º - O Grupo de Trabalho deverá elaborar o Regimento Interno para disciplinar o seu funcionamento.

Art. 8º - A participação dos membros do Grupo de Trabalho é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.









DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EM SÃO LUÍS, 18 DE MAIO DE 2010.


CONCEIÇÃO ANDRADE
Secretária de Estado do Desenvolvimento Agrário
SEDAGRO

ANEXO 13: Listas de Presença com a participação da Secretaria Executiva do PNPSB

2º Reunião da Câmara Técnica de Produtos Extrativistas e da Sociobiodiversidade – Mato Grosso

REPRESENTANTES						
2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PRODUTOS EXTRATIVISTAS E SOCIOBIODIVERSIDADE - DATA 23/05/2011						
Fone: (65) 3613-6236/6212 6222 Fax: (65) 3613-6243						
E-MAIL: ctprexs@sedraf.mt.gov.br						
ENTIDADE	NOME	FONE	FAX	CELULAR	E-MAIL	ASSINATURA
SEDRAF-MT	SANNY COSTA SAGGIN	(65) 3613-6236		(65) 9983-2180	sannysaggin@sedraf.mt.gov.br	
	GUSTAVO RIBEIRO CASTRO	(65) 3613-6230	(65) 3613-6243	(65) 9908-2292	gustavo@sedraf.mt.gov.br	
SETECS/MT	JOENETE CARLOS PEREIRA SILVA	(65) 3613-6794		(65) 8112-1583	jbond1@hotmail.com	
	HÉLIO SHIGUEO MIAGAWA	(65) 3613-5780		(65) 9983-4982	helioshigueo@setecs.mt.gov.br	
SEFAZ/MT	MARCO ANTONIO DE LIMA LOPES	(65) 3617-2135		(65) 9981-1005	marco.lopes@sefaz.mt.gov.br	
	MOISÉS DE CAMPOS FERREIRA	(65) 3617-2446		(65) 9955-2689	moises.ferreira@sefaz.mt.gov.br	
SEMA/MT	EULINDA DE CAPOS LOPES	(65) 3613-7327		(65) 8448-2663	eulindas@vahoo.com.br	
	JUSSARA DE SOUZA OLIVEIRA	(65) 3613-7327			jussaraoliveira@sema.mt.gov.br	
SEBRAE-MT	ENEIDA MARIA DE OLIVEIRA				eneida.oliveira@mt.sebrae.com.br	
	RICARDO WILLIAN SANTIAGO	(65) 3648-1284		(65) 9411-6467	ricardo.santiago@mtsebrae.com.br	
CONAB	FRANCIELLE TONETTI CAPILÉ	(65) 3616-3822		9574-5109	francielle.guedes@conab.gov.br	
	MARLY CRUZ DA SILVA	(65) 3616-3822	3624-5317	9383-2142	marly.silva@conab.gov.br	
EMPAER-MT	BEGAIR FILIPALDI	(65) 3613-1700			begairfilipaldi@terra.com.br	
	CARLOS LUIZ MILHOMEN DE ABREU	(65) 3613-1732		9482-4293	carlitosmil@hotmail.com	
SICME/MT	PEDRO JAMIL NADAF	(65) 3613-0087			juarezfaria@gmail.com	
	JOSÉ JUAREZ PEREIRA FARIA	(65) 3613-0051			juarezfaria@gmail.com	
CEPLAC/GEREM	FERNANDO CESAR O. DA SILVA	(65) 3521-2030/2808		(65) 9971-4421	fernando@terra.com.br	
	BENEDITO EVALDO B. DE MACEDO				secretaria@ocbmt.coop.br	
OCB/MT	ONOFRE CEZÁRIO DE SOUZA FILHO				superintendenciadigera_cov@hotmail.com	
	ADAIR MAZZOTTI	3648-2403		9982-1501		
SIBIND/COV	MARIA EDNA LUCIA DE OLIVEIRA					









REPRESENTANTES		
2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PRODUTOS EXTRATIVISTAS E SOCIOBIODIVERSIDADE - DATA 23/05/2011		
Fone: (65) 3613-6236/6212 6222 Fax: (65) 3613-6243	E-MAIL: ctprexs@sedraf.mt.gov.br	

ENTIDADE	NOME	FONE	FAX	CELULAR	E-MAIL	ASSINATURA
IBAMA	ALESSANDRO MARIANO	(65)3613-4656		9983-7404	mariano@bombeiros.mt.gov.br	
	FERNANDO DE C. BITTENCOURT				fernando.bittencourt@ibama.gov.br	
	NICELIO ACACIO DA SILVA	(65)3648-9157		8401-4313	nicelio.silva@ibama.gov.br	
EMBRAPA	JOÃO FLÁVIO				joao.flavioembrapa@gmail.com	
	ASK SUZINEI SILVA OLIVEIRA	(65)3688-0333		-8123-7035-	suzinei@cpao embrapa.br	
	HELLEN M. DA QUINTA SIMÕES	3688-8732	3688-6761		hellen.simoes@agricultura.gov.br	
SAF/MT	JEAN KEILE VIEIRA BIF				jean.bif@agricultura.gov.br	
	KILWANGYAKAPITANGO-A-SAMA			(65)9931-4262	kskamba1@gmail.com	
	MARFA M. JOEHS			(65)9967-5590	marfall_hotmail.com	
SEDUC	BENEDITO GONCALO CURVO	3613-6437	3613-6351	9981-6798	benedito.curvo@seduc.mt.gov.br	
	CÁSSIA ÉRICA LEMOS	3613-5444		9953-6874	cassia.lemos@seduc.mt.gov.br	
	Eulália, R. S. S. Hergert de	(66)3532-7676		(16)519-1435	eulalia.hergert@da-transporte.br	
EMBRAPA						

**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA SOCIOBIODIVERSIDADE
CONVIDADOS**

DATA: 23/05/2011












HORÁRIO: 14H30MIN – Sala de reuniões da SEDRAF

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
1	Clair Oliveira do Carmo	ICMBio - CRIO	luizdundubonz@hotmail.com	(65) 3121594	
2	EDUARDO M. D. DE BARCELLOS	ICM Bio - CRIO	cm10@icmbio.gov.br	65) 3301 1133	
3	LAURA V. DE SOUZA	Sec. Exec. PNPSB	laura.souza@consultor.mda.gov.br	(61) 2020 9916	
4	Luciana Kordas	PNPSB	luciana.kordas@mda.gov.br	61) 8161 9363	
5	Alvaro Santos Filho	CECAB		66) 3521 6923	
6	Luiz José Pinheiro	SEMA	luizjose@hotmaill.com	65) 3613-3327	
7	Carla S.S. Hoogheverve	EMBRAPA - UAMT	carla.hoogheverve@embrapa.br	(66) 8119-1435	
8	Marly Japung da Silva	CONAB	marly.silve@conab.gov.br	(65) 3616-3824	
9					
10	DIETEL	MDA	DEDA-MT@mda.gov.br	35-14-3753	9218-1815
11	ARNOLDO DE LAMARCA	MDA		(61) 2020-0927	
12					
13					

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Hora: 9:00

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	CONTATO	ASSINATURA
LAURA J. DE SOUZA	Soc. Exc. PN15b	(61) 2020984	
Manoel Carlos Souza de Oliveira	DEX/MMA	(61) 20241593	
David Afonso Filho	COMAB	(85) 32521727	
Pedro Neto dos Santos	Inst. Aut. Nacional	(85) 96162186	
Responsável do Sítio	F. NUSSIMBE	(88) 99331628	
Jose ACACIO DE MORAIS LIMA	EMATECE	88 35212835	
Manoel Cristina dos Reis	EMATECE - GOST	(85) 34037630	
STEPHANESON RABALHO	MATA BRANCA	(83) 96245252	
WIEFF ANDRE DE GILGAS E SILVA	AGUAFES - Crato	(88) 89908-8457	
Pedro Augusto Carlos Monteiro	ICMBIS - Aracaju	(88) 3373-1957	
Lucia Maria de Araújo	Fund. Anacleto	(88) 965528-882809	
Veronica N. Nery Coral	Geunes/CARINAS	(83) 9654 4528	
Antonio Alvaro dos Santos	WELD/Petrolina	(88) 998699257	
FRANCISCO MARCELINO DE FREDO	S.D.A/GT	(85) 3101-8064	
Marlene Saldanha de Souza Carvalho	ST. MACAUSA BATHALLA	99 964949-92379-Fax 379	
marlene vulcão de Sousa mello	ST - no Caráter B2804	99 927419 75	

Participação em Reuniões



Reunião: Apresentação AP's Sociais para UBC

Data: 09/09/2011

Local: MMA

Horário: 14:30 - 18:00

[illegible]



Plano Nacional de Promoção de CdV de produtos da Sociobiodiversidade

Reunião com GIZ - Unidades de Desmembramento

Data: 10/08/2011

Local: MMA

Horário: 16:00 -

[illegible]



Reunião Secretária Maya - HD5

Data: 19/08/2011

Local: HBS

Horário: 7:30 - 12:00

[illegible]